



UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA FORENSE

JOÃO AUGUSTO PROVESI
PERFIL COMPORTAMENTAL DE UMA AMOSTRA DE POLICIAIS CIVIS
INGRESSANTES DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba
2014

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA FORENSE

JOÃO AUGUSTO PROVESI

PERFIL COMPORTAMENTAL DE UMA AMOSTRA DE POLICIAIS CIVIS
INGRESSANTES DO ESTADO DO PARANÁ

Dissertação apresentada Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná como requisito necessário para a obtenção do título de mestre em Psicologia
Área de Concentração: Psicologia Forense
Orientadora: Dr^a Giovana Veloso Munhoz da Rocha

Curitiba

2014

Nome: João Augusto Provesi

Título: Perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes do Estado do Paraná

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná para obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Aprovado (a) em: 16/06/2014

Banca Examinadora

Orientadora

Prof^a Dra Giovana Veloso Munhoz da Rocha _____
(Universidade Tuiuti do Paraná)

Membros Titulares

Prof^a Dra Paula Inez Cunha Gomide _____
(Universidade Tuiuti do Paraná)

Prof^a Dra Priscilla Placha Sá _____
(Universidade Federal do Paraná)

Membro Suplente

Prof Dr Sérgio Said Staut Junior _____
(Universidade Tuiuti do Paraná)

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca “Sydnei Antonio Rangel Santos”
Universidade Tuiuti do Paraná

P969 Provesi, João Augusto.

Perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes do Estado do Paraná/ João Augusto Provesi; orientadora Prof^a.dr^a. Giovana V. Munhoz da Rocha. 75f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

1. Perfil comportamental. 2. Polícia. 3. Segurança pública. 4. Avaliação forense. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia. II Título.

CDD 150.77

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha linda namorada Tatiana pelo carinho, apoio e ajuda prestada em todos os momentos, bem como pelo suporte emocional.

Agradeço à minha orientadora, professora Prof.^a Dra. Giovana Veloso Munhoz da Rocha, que me orientou e auxiliou durante todo o processo.

Agradeço à Prof.^a Dra. Paula Inez Cunha Gomide por todos os ensinamentos. Com certeza é uma inspiração.

Agradeço ao Prof. Dr. Leandro Kruszielski que gentilmente auxiliou bastante meu trabalho na parte estatística.

Agradeço à minha família que me proporcionou condições para fazer o mestrado e me apoiou sempre que precisei.

Agradeço à Luci Chiquim, colaboradora da Secretaria do Mestrado da Universidade Tuiuti do Paraná, por toda sua presteza e eficiência.

Agradeço aos participantes da pesquisa, sem eles certamente o trabalho não seia possível

Agradeço a todas as voluntárias (Amanda Tuczek de Oliveira , Carolina Mayumi Formighieri, Jeime Souza, Tassiane Valin, Bianca Wojciechowski, Juliana Scherner, Nathalia Moraes e Mary Joyce Ribeiro) por colaborar com a pesquisa.

Agradeço ao Dr. Luis Fernando Viana Artigas Junior que sempre se mostrou solícito, deu todo o suporte e possibilitou a realização da pesquisa na Escola Superior da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Agradeço a todos os estudiosos, teóricos e pesquisadores que produziram conhecimento que utilizei ao longo da minha pesquisa.

Provesi, J. A. (2014). *Perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes do Estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar o perfil comportamental do policial civil ingressante do Estado do Paraná. O local de realização da pesquisa foi a Escola Superior de Polícia Civil do Paraná. Especificamente pretendeu-se avaliar depressão, ansiedade, habilidades sociais e o estresse em uma amostra de policiais civis. A amostra deste estudo foi formada por 45 investigadores, 9 escrivães e 23 papiloscopistas, totalizando assim - 77 participantes. Todos os participantes já tinham passado por uma seleção (concurso público) em que foram submetidos à prova de conhecimento e teste físico para ocupar o respectivo cargo. A seleção não contemplava exame psicotécnico. Para atender aos objetivos da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos: Escalas Beck (BDI e BAI), Inventário de Habilidades Sociais (IHS), Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) e o Inventário Fatorial de Personalidade (IFP). Os dados foram processados e analisados de acordo com as normas estabelecidas para análise de cada instrumento. Após essa etapa, os dados foram agrupados em planilhas, processados com o auxílio do software SPSS, categorizados em tabelas e correlacionados por meio do coeficiente de correlação linear de Pearson. Pela apuração dos resultados obtidos, pode-se perceber baixo nível de ansiedade, depressão e estresse por parte dos policiais, algo que diverge da literatura sobre o tema, que aponta altos escores nesses quesitos. Quanto as habilidades sociais, notou-se que um quarto dos policiais pesquisados demonstraram baixo repertório. É possível por meio dos resultados encontrados sugerir programas de intervenção nas seguintes áreas: manejo de estresse, desenvolvimento de habilidades sociais e controle da agressividade.

Palavras chave: perfil comportamental, polícia, segurança pública, avaliação forense.

Provesi, J.A. (2014). The behavioral profile of a sample of civil police officers freshmen from the state of Paraná. Master's Thesis. Post-graduation Program in Psychology at Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

ABSTRACT

This study aimed at identifying the behavioral profile of the police officers in the state of Paraná. The place where the research was carried out was the Superior School of Civil Police of Paraná. Specifically, the goal was to evaluate depression, anxiety, social abilities and stress using a sample with some police officers, which consisted of 45 investigators, 9 registrars and 23 forensic scientists – 77 participants. All participants had undergone a selection (civil service exam) that were submitted to the test of knowledge and physical test to fill the respective position. The selection did not include psychometric exam. In order to meet the goals of this study, the following instruments were used: Beck Scales (BDI and BAI), Inventory of social skills (ISK), Lipp's Inventory of Stress Symptoms of Adults (LISSA) and Factorial Inventory of Personality (FIP). The data was processed and analyzed according to the established patterns for analysis of each instrument. After this stage, the data was gathered in spreadsheets, processed with the use of the SPSS software, categorized in charts and correlated by Pearson's linear correlation coefficient. By the results obtained, it was possible to notice a low level of anxiety, depression and stress in the officers, something that diverges in the literatures regarding the theme, which highlights high levels of the topics mentioned above. Regarding social skills, it was observed that one-fourth of the officers who were analyzed demonstrate low repertoires. It is possible, with the results that were discovered, to suggest interventional programs in the following areas: stress handling, development of social abilities and control of aggressiveness.

Key-words: Behavioral profile, police, public safety, forensic evaluation.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: BDI E BAI	24
TABELA 02: IHS	25
TABELA 03: IFP	26
TABELA 04: ISSL	26

SÚMARIO

RESUMO	vi
ABSTRATCT	vii
LISTA DE TABELA	viii
LISTA DE ANEXOS	x
APRESENTAÇÃO	1
REVISÃO LITERATURA	3
OBJETIVO	17
MÉTODO	18
Participantes	18
Local	18
Instrumentos	19
Procedimentos	22
RESULTADO	24
DISCUSSÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	50

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I	51
Inventário de Depressão de Beck	52
ANEXO II	54
Inventário de Ansiedade de Beck	55
ANEXO III	56
Inventário de Habilidades Sociais	57
ANEXO IV	60
Inventário Fatorial de Personalidade	61
ANEXO V	67
Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp	68
ANEXO VI	71
Carta de Autorização	72
ANEXO VII	73
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	74

APRESENTAÇÃO

A violência urbana no Brasil há tempos tornou-se uma preocupação significativa para o Estado e para a sociedade. Nesse contexto, buscaram-se “culpados” para o problema e diversas vezes a responsabilidade pela situação é atribuída à polícia por supostamente não desempenhar suas funções com presteza ou extrapolar os limites legais. Contudo, pouco se sabe a respeito de quem é este policial, suas expectativas e frustrações, isto é, qual o seu perfil comportamental. Com o intuito de atender essa problemática (identificar quem é o agente de segurança pública), em 2010 o Ministério da Justiça e a Secretária Nacional de Segurança Pública publicou um estudo profissiográfico de mapeamento de competências que procurou desenvolver o perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública.

Desse modo, a presente pesquisa teve como problema identificar o perfil comportamental de uma amostra do policial civil do Estado do Paraná ingressantes do ano 2013. Todos esses policiais já tinham passado por uma seleção (concurso público) em que foram submetidos à prova de conhecimento e teste físico para ocupar o respectivo cargo. A seleção não contemplava exame psicotécnico. É relevante conhecer as peculiaridades e padrões comportamentais do policial para a elaboração de procedimentos de atuação junto a esse grupo, o que aponta para a possível relevância social deste trabalho. Procedimentos de atuação e aperfeiçoamento com o policial poderão otimizar o seu trabalho e trazer benefícios diretos e indiretos à sociedade, tais como uma melhor atuação policial e de segurança pública.

Com o intuito de demonstrar a fonte normativa, é importante destacar a disposição na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo. 144, § 4º, acerca das funções da polícia civil no país:

“Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (CF, art.144, § 4º).

Em um estudo realizado por Minayo, Assis e Oliveira (2011) com policiais civis e militares do Rio de Janeiro, constatou-se que devido à sobrecarga de trabalho, riscos

inerentes à profissão e as situações vivenciadas no cotidiano, esses profissionais estão mais propensos a adoecer física e mentalmente do que o restante da população. Bourguignon et al (1998) também verificaram que desgastes decorrentes das condições de trabalho em policiais civil do Espírito Santo ocasionavam distúrbios mentais, gastrointestinais e osteoarticulares. Ambos os estudos indicam a dificuldade de acesso às corporações policiais para a realização de pesquisas científicas.

De acordo com Minayo et al (2011), os efeitos do desgaste psicológico e da rotina de trabalho podem resultar a longo prazo em alcoolismo e drogadição, insônia, hipervigilância, aumento da agressividade, violência intrafamiliar e tentativa ou ideação suicida no policial. Por meio da elaboração do perfil comportamental do policial se torna exequível a elaboração de políticas públicas e programas de prevenção que possam trabalhar junto à polícia antes que esses problemas se instalem.

Outra situação que agrava o quadro da situação da polícia no Brasil é a percepção da sociedade em geral sobre a corporação, que convive com a falta de prestígio e a desconfiança da população. Parte significativa da sociedade, sob a influência da mídia, têm uma concepção errônea de quem é o policial (Lopes Junior, Paiva, Muzio & Costa, 2010). A partir da elaboração do perfil comportamental do policial civil e de sua divulgação para a população é possível minimizar essas distorções.

Dentre as áreas de concentração da Psicologia Forense do Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, a linha de pesquisa adotada foi a avaliação forense. Especialmente voltado para produzir conhecimento nesta área, a presente pesquisa objetivou produzir estudos que identifiquem o perfil comportamental do policial civil ingressante do estado do Paraná.

REVISÃO DE LITERATURA

Frequentemente a sociedade constata, por meio da mídia ou com sua própria vivência, situações de violência e criminalidade. Para fazer frente a essas condutas destruidoras da vida e do sentido de vida, essa mesma sociedade exige e espera por uma proteção legal, organizada formalmente pelos poderes constituídos. Decorre que para oferecer efetiva proteção, o contingente que se volta à segurança pública deve ser comprometido, competente, hábil, honesto, incorruptível, dentre outros adjetivos que poderiam ser citados. Contudo, poucos estudos são desenvolvidos para se conhecer de fato o perfil desse agente de segurança pública e constatar suas reais necessidades.

A Psicologia Forense é uma área de conhecimento psicológico que se preocupa em estudar violência, aparato policial e apresenta intersecção com a lei, seja civil ou criminal. Uma subárea da Psicologia Forense é a Psicologia Aplicada à Polícia, que ainda é insipiente no Brasil e possui poucos estudos científicos (Gomide, 2011).

Apesar de ainda pouco desenvolvida no Brasil, a Psicologia Aplicada a Polícia há tempos é um recurso utilizado no aperfeiçoamento da segurança pública em países europeus e nos Estados Unidos da América (EUA). Segundo Bartol e Bartol (2012), existem registros do ano de 1929 em que a polícia alemã utilizava psicólogos para uma variedade de situações. Também na Alemanha, por volta de 1966, o departamento policial contava com o auxílio de psicólogos para ajudar os operadores da lei a lidar com problemas de patrulha, controle de multidão, etc. Nos Estados Unidos, desde 1969 a Psicologia Aplicada à Polícia está presente no cotidiano policial. Atualmente, a maior parte dos psicólogos da polícia são consultores. Sua atuação pode ser exclusiva a agências de aplicação da lei, bem como podem ser psicólogos comunitários que atuam em conjunto com a polícia quando preciso.

De acordo com Bartol e Bartol (2008), a Psicologia Aplicada à Polícia possui diversos campos de atuação. Segundo os autores, os principais objetivos são: avaliação; auxiliar no recrutamento e seleção de agentes da lei; gerenciamento de estresse; aconselhar policiais após incidentes traumáticos; avaliação da ameaça; e capacitar agentes da lei para a elaboração de perfis de psicopatas, *serial killers*, homicidas, assaltantes, estupradores, dentre outros.

A avaliação consiste em um procedimento sistemático que visa identificar as competências, habilidades, padrões de comportamento e características psicológicas essenciais no trabalho com a segurança pública. Entrevistas e questionários são os principais instrumentos para se chegar a esse fim (Bartol & Bartol, 2008).

Para o recrutamento e seleção de agentes da lei o psicólogo faz uso de instrumentos psicológicos padronizados destinados a avaliar se o agente possui deficiências mentais ou emocionais que possam afetar negativamente o seu trabalho. Os instrumentos precisam ser constantemente validados para verificar se o teste de fato mede o que se propõe. É preciso destacar que uma alta inteligência não garante necessariamente que o indivíduo será um bom policial. A corporação policial requer um determinado perfil comportamental e personalidade compatível com as atribuições inerentes ao cargo (Bartol & Bartol, 2008).

White (2008) observa que os testes psicológicos podem ser úteis para prever uma ampla gama de comportamentos nos policiais. De acordo com o autor, a maioria dos testes usados em recrutamento e seleção de agentes da lei se propõe a avaliar cinco fatores de personalidade – *Big Five* – neuroticismo/estabilidade emocional, extroversão/introversão, afabilidade, consciência e abertura para a experiência.

Segundo Metchink (2009), no modelo norte-americano de seleção de policiais, busca-se eliminar aqueles candidatos com problemas em uma das seguintes áreas: incapacidade de tolerar o estresse, atitudes preconceituosas, falta de controle aos impulsos e pensamentos desordenados. O autor destaca que além da avaliação psicológica, há ainda outras etapas, tais como avaliação médica e checagem se o postulante ao cargo possui problemas legais (algo similar ao que acontece no Brasil, em que esta etapa é denominada “sindicância da vida pregressa”).

De acordo com Kitaeff (2011), o uso de testes psicológicos para o recrutamento e seleção de policiais norte-americanos é uma prática cada vez mais comum nos departamentos de cada estado. Além dos testes padrões utilizados, seleção em qualquer setor há testes que foram desenvolvidos exclusivamente para avaliação psicológica e seleção de policiais, tais como o *Matrix-Predictive Uniform Law Enforcement Selection Evaluation Inventory (M-Pulse)*, que, dentre outros aspectos, ajuda a prever a má conduta policial.

No Brasil, para ingressar na carreira policial, conforme determina a Constituição Federal de 1988, é preciso se submeter a concurso público de provas ou provas e títulos. As etapas do concurso variam conforme cada estado, contudo, geralmente têm-se como fases do concurso para polícia as seguintes: prova de conhecimento objetivo, teste de aptidão física, avaliação médica, exame psicológico, sindicância da vida pregressa e curso de formação.

Segundo Brito e Goulart (2005), a avaliação psicológica com o uso de testes teve início nas organizações militares, especialmente nas Forças Armadas americanas por volta da Primeira Guerra Mundial. Desde essa data, os testes psicológicos são constantemente aprimorados e utilizados, na esfera pública, para identificar a compatibilidade de aspectos psicológicos do candidato com as atribuições do cargo. A legalidade da etapa da avaliação psicológica para ingresso no serviço público já foi questionada perante o Judiciário, contudo, é jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) (Agravo Instrumental 758533) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (Recurso Especial 1404265) a validade da referida avaliação, desde que haja previsão legal (conste na lei que regula o cargo e no edital do concurso).

Quesito importante na avaliação do perfil comportamental e personalidade do policial se refere ao estresse. De acordo com Bartol e Bartol (2008), se não controlado, o estresse pode acarretar diversos problemas de saúde para o policial. Os autores elencam quatro níveis estressores dentro da polícia. O primeiro corresponde aos estressores organizacionais, que são os efeitos emocionais e estressantes que as políticas e práticas do departamento de polícia têm sobre o policial. Ex: baixo salário, falta de infraestrutura, relacionamentos interpessoais conturbados, equipamentos obsoletos, etc. Outro nível diz respeito aos estressores relacionados à tarefa, que se referem à natureza e execução do trabalho policial. Ex: necessidade de controlar as emoções, lidar com indivíduos violentos e perigoso, frequente contato com a dor e o sofrimento, etc. Têm-se ainda os estressores externos, que estão relacionados a situações de frustração do policial com os tribunais, o sistema de justiça, a mídia, o cidadão, isto é, situações geradas fora do departamento. Por fim, Bartol e Bartol (2008) elencam os estressores pessoais, que são vinculados à vida pessoal do policial, que compreendem: relações conjugais, problemas de saúde, vícios, depressão, etc.

Segundo Ranta (2009), o controle de estresse em policiais é justamente uma das atuações de destaque da Psicologia Aplicada à Polícia. O autor cita estudos que indicam que o uso da terapia cognitivo-comportamental para o manejo do estresse com policiais é realizado desde a década de 1970, em que os policiais eram treinados a como lidar com situações críticas.

Além dos níveis estressores, Bartol e Bartol (2008) citam outros dois conceitos importantes na temática policial: os incidentes traumáticos e a avaliação da ameaça. Os incidentes traumáticos no policial são desenvolvidos em grande parte pelo uso da arma de fogo, principalmente quando ocorre a morte de algum indivíduo. As circunstâncias que exigiram do policial fazer uso da arma de fogo, idade da pessoa baleada e as próprias características desse policial são variáveis que interferem nas reações traumáticas.

A avaliação da ameaça é um procedimento que visa determinar a credibilidade e seriedade de uma ameaça e identificar a probabilidade de que ela ocorra. Avalia-se o risco potencial de comportamentos violentos contra um indivíduo ou grupo específico. Deve-se elaborar um relatório que conste recomendações e orientações para intervenção, com o intuito de evitar ou dificultar a ação do agressor (Bartol & Bartol, 2008).

Para o estudo do agente de segurança pública, é relevante conhecer a cultura da “empresa” a qual este agente está inserido, isto é, a cultura organizacional da polícia no Brasil. Inicialmente é preciso destacar quais os órgãos de segurança pública no país. A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 144 que:

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:”

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Cada órgão de segurança pública possui suas especificidades e competências. A Polícia Civil, assim como a Polícia Federal, exerce a função de polícia judiciária e possui como uma de suas características ser uma polícia repressiva, pois, via de regra, atua após o evento danoso.

Zaffaroni e Batista (2011) fazem uma crítica acerca do atual Sistema Penal brasileiro e desse papel repressor da polícia. O aparato policial atua na sustentação da estrutura do poder social apenas por meio da via punitiva e ignora medidas protetivas e preventivas, além de estar a serviço da classe hegemônica. Para os autores, é preciso empreender esforços em busca do desenvolvimento de uma polícia comunitária e cidadã e que o Estado se comprometa em assumir práticas humanitárias com a população. O Projeto de Lei nº 6.690 de 2002 dispõe quais as funções da polícia civil:

- Planejar, coordenar, dirigir e executar as ações de polícia judiciária;
- Executar, com exclusividade, ressalvados nos crimes militares e nas atribuições da polícia federal, a apuração de infrações penais e as funções de polícia judiciária;
- Organizar e executar os serviços de identificação civil e criminal;
- Organizar, executar e manter os serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, na forma de legislação federal específica;
- Realizar ações de inteligência destinadas à instrumentação do exercício de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, na esfera de sua competência, observados os direitos e garantias individuais;
- Realizar correções e inspeções, em caráter permanente ou extraordinário, na esfera de sua competência;
- Realizar pesquisas técnico-científicas, estatísticas e exames técnicos relacionados com as atividades da polícia judiciária;
- Ter acesso aos bancos de dados existentes nos órgãos de segurança pública, relativos à identificação criminal, armas, veículos e objetos, observado o disposto no inciso X do art. 5º da Constituição Federal.

Toda organização tem sua cultura própria que a identifica formando conjunto que destaca seus costumes, crenças e seus valores (Marras, 2005). Para Robbins (2005), a cultura organizacional desempenha diversas funções dentro da organização, dentre elas: o papel de definidora de fronteiras, cria distinções entre as demais; proporciona senso de identidade aos membros da organização, estimula estabilidade do sistema social e molda atitudes e comportamentos. A cultura organizacional também facilita o comprometimento com algo maior que os interesses individuais de cada um.

A cultura organizacional remete a um caráter histórico profundo da organização, referindo-se às suas origens, ao processo de definição de seus valores e de padrões culturais. Desse modo, toda pessoa na organização interage com suas próprias crenças, valores e sua história pessoal, combinadas com o modelo da organização, formando uma dinâmica psicossocial (Fleury, 2002).

A cultura organizacional dos órgãos policiais apresenta propriedades que as diferem das demais organizações. As forças policiais no Brasil se deparam com as complexas demandas do século XXI. No entanto, atuam como se estivessem no século XIX (Beato, 2001). É necessário ressaltar que essa “crise” e defasagem no aparato policial não é uma exclusividade do Brasil, a discussão sobre a eficácia da segurança pública é discutida em quase todos os países do mundo (Minayo & Adorno, 2013).

Conforme Cruz e Barbosa (2002), a hierarquia rígida e obediência as normas e regulamentos é o principal componente que norteia a atuação policial. A disciplina e a ênfase no “como fazer” caracteriza as organizações policiais como burocráticas.

Essas características também não são exclusivas da polícia brasileira. Gau e Gaines (2012) retratam as organizações policiais americanas como sendo do tipo “*top down*” (de cima para baixo). Neste tipo de organização, as decisões são tomadas no nível estratégico (alta cúpula), depois passadas para o nível tático e por fim ao nível operacional (policiais que fazem o patrulhamento ostensivo ou o serviço de investigação). Johnson (2012) assinala que a autonomia é um fator importante na satisfação no trabalho dos policiais e que quando há um ambiente em que esses profissionais desfrutem de considerável discricionariedade eles tendem a trabalhar mais satisfeitos.

Junior, Formehl e Piccoli (2011) fazem uma crítica acerca do vigente sistema de segurança pública. Para os autores, o que se identifica na realidade é a falta de

integração entre as corporações policiais (civil, militar, etc.), desmotivação de seus agentes, insatisfação por parte da população e um modelo de gestão defasado.

Para Dellasoppa (2002), a polícia é um ambiente de conflitos entre os seus membros, relações de poder, influências, negociações e assédio moral. Em um estudo realizado por Lopes Junior, Paiva, Muzio e Costa (2010) com a Polícia Civil do estado do Ceará, foi possível perceber que a relação entre o chefe (delegado) e os subordinados (escrivães, agentes, papiloscopistas e investigadores) é distante e não há claro canal de diálogo. Na pesquisa de Branco (2010) com policiais de Lisboa em Portugal, os participantes relataram que dentre as situações estressoras no trabalho inclui-se a estrutura organizacional da corporação que se caracteriza pela falta de diálogo e estrutura autoritária.

Conforme Eitle, Alessio e Stolzenberg (2014), a qualidade da estrutura organizacional e do ambiente de trabalho da polícia diversas vezes é negligenciado, porém, esses componentes estão diretamente relacionados à má conduta policial. Para os autores, a má conduta policial se refere principalmente ao uso indevido da força contra a população.

A polícia civil no Brasil tem em sua história uma relação próxima com o regime militar, pois, na época era o aparelho repressor do Estado e sua atuação tinha como fundamento a arbitrariedade, violência e a corrupção (Griza, 2012). De acordo com Bicudo (2000), a polícia civil serviu de instrumento para assegurar uma ideologia de segurança nacional no período da ditadura militar, em que aquele que não era aliado do Estado, era considerado como inimigo. Fisco (2004) ressalta que apesar de o papel central no golpe militar ser desempenhado pelos militares, membros da polícia civil tiveram uma importante participação nesse processo.

Esse legado ainda é associado pela população, o que gera desconfiança acerca da atuação da polícia civil (Griza, 2012). Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2012, 58,7% dos entrevistados na Região Sul do país não confia no trabalho da polícia militar e 48% não considera o trabalho da polícia civil eficiente.

De acordo com Avdiya (2010), fatores demográficos, étnicos e raciais da população também influenciam na percepção que determinada comunidade tem sobre a organização policial. O autor trata da realidade norte-americana, em que as minorias –

em especial os afro-americanos - tendem a apresentar maior desconfiança em relação ao trabalho policial. As condições de criminalidade de uma região, assim como a situação socioeconômica também são aspectos importantes para a compreensão dessa relação entre a população e a polícia. Contudo, o autor evidencia em seu estudo que o principal fator de influência na percepção da sociedade com a polícia é a experiência individual de cada sujeito com essa organização.

Cardia et al (2003) trataram da realidade brasileira acerca da percepção da população sobre o trabalho policial e identificaram que os diferentes grupos na sociedade apresentam variadas percepções sobre a atuação da polícia. Familiares de policiais e ex-policiais apresentaram uma percepção mais positiva da polícia e se concentraram primordialmente nas dificuldades que os agentes da lei enfrentam para realizar seu trabalho.

Moradores de favelas relataram um total descaso do poder público com suas regiões e enfatizaram o poder que a criminalidade local (principalmente traficantes) possui. Esses moradores também relataram que já presenciaram diversos casos de corrupção e violência policial. Moradores de bairros de baixa renda e de renda média baixa criticaram a presença de usuários de drogas em vias públicas e de traficantes no entorno das escolas. Os moradores de bairros de renda média destacaram os casos de crimes contra o patrimônio (em especial furto e roubo) e contra a vida - em especial homicídio e lesão corporal (Cardia et al, 2003).

Bejarano, Gómez, Ariza, Prieto, e Espinosa (2012) descrevem um aparente paradoxo nessa temática do que a sociedade espera do policial. De um lado a população reclama que o policial deveria ser compreensivo, calmo e com compaixão e “orientado para a comunidade”. Por outro lado, se exige que o agente de segurança pública faça cumprir a lei, exerça autoridade, tenha uma postura fria com o objetivo de manter respeito, controle e manter a segurança pública. Nesse sentido, García (2009) descreve que é da natureza da função policial executar procedimentos contrários aos desejos de setores da sociedade, tais como fiscalização, aplicação de penalidade e outras ações que restringem o uso e gozo dos direitos individuais.

De acordo com Goffman (2011), todas as pessoas apresentam uma “fachada” em sua interação com o meio social. Desse modo, a instituição policial e seus agentes também construíram uma imagem ao longo do tempo que pretendem passar para a

sociedade. É preciso assim sustentar essa “fachada” por meio de uma atuação padrão em que não há espaços para a manifestação do “eu”, isto é, sem subjetividades e com um padrão e modelo no modo de pensar, sentir e agir por parte desses policiais.

Goffman (2011) ressalta que o serviço policial, devido ao âmbito e a peculiaridade de suas ações, bem como o fato de ser indispensável para a ordem pública, necessita de determinadas representações para a execução do seu papel na sociedade. Para o autor, quando um indivíduo passa a pertencer a um grupo (exemplo: torna-se um policial) ele tem a “obrigação” de incorporar um amplo repertório de comportamentos da classe.

A visão negativa da sociedade acerca da polícia no Brasil também é percebida pelos próprios policiais. Em uma pesquisa de Gomes e Souza (2013) sobre a percepção de policiais civis da imagem que a sociedade tem deles, constatou-se que os policiais julgam que a população tem uma visão distorcida e preconceituosa e generaliza quando algum policial comete determinada infração. Segundo os policiais pesquisados, essa visão é influenciada pela mídia, a qual apresenta uma imagem distorcida do policial. Essa problemática pode acarretar em alterações no comportamento do policial, pois ele tende a trabalhar menos motivado e com um grau de ressentimento para com a população, já que na sua visão, o trabalho que desenvolve não é reconhecido. Silva e Beato (2013) argumentam ainda que devido à natureza investigativa de seu trabalho, a polícia é uma das instituições que mais necessita da cooperação da população, de modo que se sua legitimidade é questionada, os indivíduos podem vir a não colaborar com a polícia.

Desse modo, pode-se perceber que a profissão policial carrega consigo um estigma imposto pela população. De acordo com Bacila (2005) o estigma seria como um estereótipo em que se atribui um significado depreciativo – socialmente construído - para determinada raça, condição ou corporação e atua como um condicionante do comportamento humano. O autor ressalta que o estigma e o preconceito também acontecem por parte dos policiais com uma parcela da população, por exemplo, negros e pessoas de classes econômicas desfavorecidas, que tendem a receber tratamento diferenciado por parte dos policiais. É preciso ressaltar que conforme Kant (2011), tratamento justo não é tratar todos da mesma forma, mas sim tratar desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

Apesar da inegável influência da mídia e de outros fatores, Harris (2009) destaca que são cada vez mais frequentes as queixas de cidadãos a respeito do comportamento policial, em especial agressividade e truculência. Tais reclamações diminuem a legitimidade da polícia com a população, assim como a confiança nos órgãos de segurança pública. Fatores tais como estresse ocupacional, visão negativa da sociedade e ambiente organizacional conturbado, repercutem na saúde física e mental do policial.

Na pesquisa de Pinto, Figueiredo e Souza (2012) com policiais do Rio de Janeiro também identificou-se problemas de saúde nos policiais. Mais de 60% relataram ter problemas nos ossos, pele e músculos e problemas de visão, audição e fala. Aproximadamente 33% afirmaram ter colesterol alto, 37,1% problemas digestivos e 37,9% problemas no sistema nervoso.

Em um estudo realizado por Minayo et al (2011) com policiais civis e militares do Rio de Janeiro, os policiais demonstraram um exacerbado sofrimento psíquico e físico. Essa situação fica evidente pelo número de licenças concedidas para esses servidores devido ao adoecimento, apesar das restrições da corporação em conceder tais licenças. Sobrecarga de trabalho, ausência de férias, baixa qualidade de sono e situações cotidianas de morte e violência foram fatores citados pelos policiais como eventos críticos em sua profissão. Como efeitos desgastantes do trabalho que os policiais percebem foram elencados o envelhecimento precoce, irritabilidade, insônia, fadiga, pensamentos intrusivos, isolamento social e principalmente sintomas depressivos.

A depressão é uma doença conhecida da humanidade desde o início dos tempos. Têm-se registros dela em todas as culturas do mundo há centenas de anos, com denominações diversificadas, entretanto, com descrições muito parecidas. Contudo, não se trata de um quadro completamente elucidado: há bastante discussão sobre o diagnóstico diferencial, os limites entre tristeza e apatia normais e patológicas, os fatores predisponentes e causadores, os neurotransmissores que estão envolvidos aspectos psicodinâmicos, culturais e religiosos (Ramadam, 2002).

É comum que as pessoas passem por períodos de depressão relativamente brandos em alguns momentos da vida. Na maior parte dos casos, o sentimento de desânimo é devido a um acontecimento específico, que cessa em poucos dias. A depressão para a qual é necessária atenção clínica é de longa duração e grave o suficiente para interferir na capacidade funcional (Stuart-Hamilton, 2002). O que não

se caracteriza nos participantes da pesquisa, tendo em vista que 91,8% da amostra se enquadraram na menor classificação de depressão do instrumento.

De acordo com Oliveira e Santos (2010), os policiais são submetidos a numerosos fatores estressantes. O desgaste físico e mental pode conduzir esses agentes de segurança pública a ter comportamentos irracionais em momentos de crise e situações caóticas. Desse modo, tais comportamentos podem resultar em ineficácia e falta de efetividade, o que expõe os policiais e a sociedade a riscos em potencial.

Conforme Ravelo, García e Dorta (2008), a profissão de policial é por si só estressante, devido ao contínuo enfrentamento com a sociedade. Ademais, os policiais convivem com a marginalidade e criminalidade. Os autores realizaram um estudo com 136 policiais (126 homens e 10 mulheres) das Ilhas Canárias, com idade entre 23 e 58 anos e tempo de atuação de 0 até 37 anos, que estabeleceu um ranking de fatores estressantes, ou seja, os policiais elencaram dentre os eventos comuns na sua atuação, quais os que provocam mais estresse. Os fatores mais estressantes em ordem decrescente são: a morte de um companheiro de trabalho, matar alguém, situações que envolvem crianças, sofrer um ataque físico e negociações com os tribunais. Portanto, verifica-se que as situações em que ocorre a morte de um colega são as mais estressantes para esses policiais.

O fator elencado no estudo de Ravelo, García e Dorta (2008) como mais estressante – a morte de um companheiro de trabalho – é algo que os policiais brasileiros são obrigados a conviver. De acordo com um levantamento feito pela Folha de São Paulo junto às Secretarias de Segurança Pública em 2012, estima-se que um policial é assassinado a cada 32 horas no país.

Aaron (2000), contudo, em uma pesquisa realizada com policiais de Charlottesville no Estado da Virgínia nos Estados Unidos, identificou que o mais relevante não são os próprios fatores estressores em si, mas sim o modo como os policiais lidam com eles. Especificamente, policiais que evitavam lidar com sentimentos e pensamentos negativos, apresentavam maiores sintomas de estresse. Na pesquisa de Aaron (2000) também demonstrou que não há correlação significativa entre gênero, idade, estado civil e anos de trabalho na polícia com fatores de estresse.

Segundo Boyce (2006), são quatro os principais fatores estressores nos policiais: a atividade policial, aspectos da cultura organizacional da polícia, estresse interno

(problemas emocionais) e estresse externo (eventos que ocorrem no cotidiano do trabalho). Ferreira, Bomfim e Augusto (2011), também identificaram que devido ao constante estresse em que estão submetidos cotidianamente, constata-se um estilo de vida prejudicial à saúde em policiais, com predomínio do uso de álcool e cigarro, sedentarismo e conflitos frequentes em sua vida particular.

Diversas são as causas apontadas na literatura pela insatisfação do policial. Minayo e Adorno (2013) elencam como as principais causas às seguintes: frustração e ressentimento pela ausência de reconhecimento dos superiores e da sociedade; salários, condições de trabalho, qualidade de vida e inadequação organizacional; descontentamento com a justiça que consideram leniente; e insegurança.

A falta de domínio de aspectos relacionados a competências comportamentais necessárias para o desempenho das funções policiais é outro evento crítico. No estudo profissiográfico e mapeamento de competências da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2010) os policiais civis relataram dificuldades nos itens: capacidade de resistência à frustração, trabalhar sob pressão, capacidade de agir com inteligência emocional, dentre outros.

Conforme Costa, Accioly Júnior, Oliveira e Maia (2007), o policial também é suscetível ao *burnout*, uma espécie de estresse crônico. Indivíduos com a síndrome de *burnout* apresentam exaustão física, mental e emocional que é ocasionada pela não adaptação do indivíduo ao trabalho e sobrecarga de longo prazo. No estudo de Sánchez-Nieto (2012) realizada na Cidade do México com 244 policiais (87 homens e 157 mulheres) com média de idade de 36,9 anos e com uma média de 13,43 anos de atuação na polícia, constatou-se que 44,6% da amostra apresentava elevado grau de *burnout*. Uma correlação estatisticamente significativa do estudo foi o tempo de atuação e o esgotamento emocional, isto é, quanto mais tempo o policial atua, maior tende a ser o seu grau de esgotamento emocional, algo que diverge da pesquisa de Aaron (2000) que não encontrou tal correlação.

Em outro estudo de Solana, Extremera, Pecino e Fuente (2013) sobre *burnout* com 747 policiais de Andalucía (Espanha), 26,7% apresentaram alto grau de *burnout*, enquanto que 33,3% grau médio. A média de idade dos policiais era de 35,7 anos. Aqueles policiais que tinham entre 10 e 20 anos de atuação na corporação demonstraram uma tendência maior ao *burnout*.

É importante destacar que essa insatisfação com o trabalho e estresse ocupacional não é exclusivo da polícia Civil e da polícia militar. Uma pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) em 2013 apresentou dados preocupantes. Dos policiais federais de todo o país que participaram da pesquisa, 86,53% relataram que se sentem infelizes trabalhando no órgão, 77,92% não recomendariam a carreira na Polícia Federal para um amigo ou parente e 69% considera que o ambiente na Polícia Federal prejudicou a sua saúde.

Dela Coleta e Dela Coleta (2008) destacam que além dos fatores organizacionais prejudiciais que se encontra nos quadros policiais, a própria função policial é considerada estressante. Os autores afirmam que o policial trabalha em um meio conflitivo e tem de fazer cumprir as leis por meio do Poder de Polícia.

Nessa vertente, Morales-Manrique e Valderrama-Zurián (2012) afirmam que devido à exposição ao confronto, à violência e incidentes traumáticos, a profissão de policial pode ser considerada de alto nível estresse e ansiedade. A falta de valorização, salários defasados e os horários atípicos em que são submetidos ao trabalho, contribuem para a incidência de enfermidades no agente de segurança pública e comprometer sua qualidade de vida.

Grizza (2012) explicita que a existência da polícia indica que há delitos a serem selecionados e que precisam ser combatidos na hora e local em que acontecem, de maneira coercitiva. Para esses policiais, usar a força compõe uma de suas atividades de trabalho, contudo, sua capacidade em resolver os conflitos está relacionada à sua habilidade de evitar o uso da força, menos quando não houver outra solução.

Além da estressante jornada de trabalho e horas-extras, muitos policiais também fazem “bicos” nos fins de semana ou dias de folga em estabelecimentos particulares, geralmente na função de vigilante ou segurança. Apesar de proibida, essa prática é comum e impede que o policial efetivamente descanse e assim tenha melhor desempenho na sua função policial (Minayo & Adorno, 2013).

Todos os problemas elencados na atuação policial podem se traduzir pedidos de demissão de policiais, o que acarreta custos para o Estado, visto que se faz necessário novas contratações e treinamento. Haar (2005) listou o estresse, esgotamento e a não adaptação ao trabalho como as principais causas de pedido de demissão em polícias norte-americanas. De acordo com o autor, as mulheres e as minorias (negros, asiáticos,

etc.) sobre discriminação na corporação, o que também motiva o pedido de demissão desses servidores.

A partir da identificação do perfil do policial é possível propor intervenções que trabalhem diretamente nas necessidades dos policiais e melhorem sua atuação. Em um estudo feito por Andrade e Souza (2010) com policiais civis do Rio de Janeiro, inicialmente foi identificado a cultura da organização e aplicado um instrumento para avaliar a autoestima dos policiais. Após essa primeira etapa, houve uma intervenção denominada “sensibilização vertical”, em que foram trabalhadas necessidades apresentadas pelos participantes. Após os encontros de intervenção constatou-se significativa melhora na autoestima desses policiais, bem como a satisfação com o trabalho. A pesquisa demonstra que é possível melhorar a qualidade de vida dos policiais, o que possivelmente repercute na atuação desses policiais junto à população, o que traz uma relevante contribuição social, visto que a sociedade clama por melhorias na segurança pública.

Objetivo

Identificar o perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes do estado do Paraná.

Objetivos Específicos

- Avaliar depressão e ansiedade em policiais civis com a utilização das Escalas Beck (BDI e BAI).
- Avaliar habilidades sociais em policiais civis com a utilização do Inventário de Habilidades Sociais (IHS).
- Avaliar estresse em policiais civis com a utilização do Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL).
- Avaliar a personalidade em policiais civis com a utilização do Inventário Fatorial de Personalidade (IFP).

Método

Participantes

Os participantes foram policiais civis alunos da Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná que ingressaram na corporação cerca de um ano e meio antes do início do estudo. A amostra foi composta por 45 investigadores (58,4%), 9 escrivães (11,7%) e 23 papiloscopistas (29,9%), totalizando assim 77 policiais civis. Todos os participantes já tinham passado por uma seleção (concurso público) em que foram submetidos à prova de conhecimento e teste físico para ocupar o respectivo cargo. A seleção não contemplava exame psicotécnico. Em relação ao gênero, 52 indivíduos eram do sexo masculino (67,5%) e 25 eram do sexo feminino (32,5%), todos com nível superior completo e com idade variando entre 25 e 52 anos (média de 36 anos). Em relação ao estado civil, 7 são solteiros (9%), 5 casados (6,5%), 2 divorciados (2,6%) e 63 não informaram (81,8%). No tocante à área de formação, 15 são formados em Direito (19,5%), 7 em Ciências Sociais Aplicadas (9,1%), 3 em Ciências da Saúde (3,9%), 5 em outras áreas (6,5%) e 47 não informaram (61,1%). Todos os participantes possuíam ao menos nível superior completo, requisito exigido pela Polícia Civil do Estado do Paraná.

Local

O local de realização da pesquisa foi a Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná, localizada na Rua Tamoios 1200, Curitiba – PR, em salas de aula disponibilizadas pela instituição. Vale ressaltar que os locais escolhidos resguardam a não-interrupção das atividades. Privilegiou-se e se assegurou a condição necessária para aplicação dos instrumentos.

A Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná foi criada pelo Decreto 1968 de setembro de 1934. Na época a Escola era subordinada hierarquicamente à Chefatura de Polícia e tinha por fim "o ensino das disciplinas e aplicações científicas

que instruem e condicionam a instituição da carreira policial e ao mesmo tempo o uso da Polícia Técnica". Em 1953 houve reformulação nos currículos da Escola e o curso passou a ter duração de quatro meses. A partir de 1963 a Escola deixou de ser subordinada à Chefatura de Polícia e passou a estar vinculada à Polícia Civil. Em 2000 houve nova reformulação nos currículos e foi instituído o Manual do Aluno que solidificou as normas, preceitos e procedimentos de ensino adotados pela instituição.

Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos para se avaliar as características e padrões comportamentais dos participantes: Escalas Beck (BDI e BAI) de Cunha (2001), Inventário Fatorial de Personalidade (IFP) de Pasquali, Azevedo e Ghesti (1997), Inventário de Habilidades Sociais (IHS) de Del-Prette e Del-Prette (2001) e o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) de Lipp (2000). O protocolo e seleção dos instrumentos foi elaborado visando atender ao objetivo da pesquisa, qual seja identificar o perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes. Para tanto, se pretendia avaliar depressão, estresse, ansiedade, habilidades sociais e a personalidade.

O uso das Escalas Beck (BDI e BAI) e do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) se justificaram por se tratar de instrumentos de rápida aplicação e por serem os mais utilizados para medir esses componentes. A escolha do Inventário de Habilidades Sociais (IHS) se deveu por ser o único instrumento validado para o Brasil que avalia habilidades sociais, quesito importante para identificar o perfil comportamental. A escolha pelo Inventário Fatorial de Personalidade ocorreu por este ser um dos mais completos instrumentos brasileiros que avalia personalidade.

Escalas Beck (Cunha, 2001)

As escalas Beck foram desenvolvidas na década de 60 por Aaron T. Beck e colegas do Center for Cognitive Therapy – Departamento de Psiquiatria da

Universidade da Pensilvânia. No Brasil o instrumento foi adaptado por Jurema Alcides Cunha em 2001.

O BDI mede a intensidade da depressão, é uma escala de autorrelato e contém 21 itens, cada um apresenta quatro alternativas apresentando graus crescentes da depressão. O BAI mede a intensidade da ansiedade com 21 itens, cada um com quatro alternativas.

As escalas beck (Cunha, 2001) são indicadas para indivíduos entre 17 e 80 anos e podem ser aplicadas em pacientes psiquiátricos, não-psiquiátricos e população geral. O BDI é uma escala de autorrelato composta por 21 itens, cada um com quatro alternativas que indicam graus de depressão. O escore total é o resultado da soma dos escores individuais dos itens. A partir do escore total pode-se classificar em níveis de intensidade de depressão, quais sejam: mínimo, leve, moderado e grave. Indivíduos com somatórios entre 0 e 11 são classificados com depressão mínima, somatório entre 12 e 19 depressões leve, somatório entre 20 e 35 depressões moderada e somatório entre 36 e 63 depressões grave.

O BAI (Cunha, 2001) é composto por 21 itens, que são afirmações descritivas de sintomas de ansiedade, as quais devem ser avaliadas pelo respondente com referência a si mesmo numa escala de quatro pontos de gravidade crescente: absolutamente não; levemente: não me incomodou muito; moderadamente: foi muito desagradável, mas pude suportar; e gravemente: dificilmente pude suportar. O escore total é o resultado da soma dos escores dos itens individuais. A partir do escore total pode-se classificar em níveis de intensidade de ansiedade, quais sejam: mínimo, leve, moderado e grave. Indivíduos com somatórios entre 0 e 10 são classificados com ansiedade mínima, somatório entre 11 e 19 ansiedades leve, somatório entre 20 e 30 ansiedades moderada e somatório entre 31 e 63 ansiedades grave.

Inventário de Habilidades Sociais (IHS) (Del-Prette & Del-Prette, 2001)

O inventário de habilidades Sociais (IHS) foi elaborado, testado e validado por Del-Prette e Del-Prette em 2001. É um instrumento que tem o objetivo de caracterizar o desempenho social em diferentes situações (trabalho, escola, família, cotidiano). É

composto por 38 questões, cada um apresentando uma ação ou sentimento diante de uma determinada situação social em uma escala Likert.

O IHS (Del-Prette & Del-Prette, 2001) é um instrumento composto por 38 afirmativas, cada uma contendo uma situação social que o indivíduo responde com base na frequência de seus comportamentos e sentimentos. Além do escore total de habilidade social, o instrumento também classifica o repertório de habilidades do respondente em cinco fatores: enfrentamento e autoafirmação com risco, autoafirmação na expressão de sentimento positivo, conversação e desenvoltura social, autoexposição a desconhecidos e situações novas e autocontrole e agressividade.

Inventario Fatorial de Personalidade (IFP) (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 1997)

O Inventário Fatorial de Personalidade (IFP) foi desenvolvido por Allen L. Edwards em 1953 e 1959, no Brasil foi traduzido e adaptado por Pasquali, Azevedo e Ghesti em 1997. Sua validação ocorreu com 3.399 sujeitos de 11 estados brasileiros. O instrumento se propõe a avaliar o indivíduo (de 18 a 60 anos), em 15 necessidades, são elas: assistência, dominância, ordem, denegação, intracepção, desempenho, exibição, afago, mudança, ordem, persistência, agressão, deferência, autonomia e afiliação. Cada necessidade é composta de nove itens. Devido a não atenderem aos fins da pesquisa, quatro necessidades foram excluídas: ordem, afago, intracepção e heterossexualidade.

O IFP (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 1997) é um inventário de personalidade objetivo que apresenta 155 afirmativas em que o respondente classifica em uma escala tipo Likert composta por 7 pontos. Os pontos da escala correspondem progressivamente de “1 = Nada característico” até “7 = Totalmente característico”. Ao todo são 15 necessidades ou motivos psicológicos que o instrumento avalia:

Há ainda uma escala de validade que tem como objetivo identificar se o indivíduo respondeu corretamente o instrumento, ou seja, se ele não entendeu a afirmativa ou se respondeu com descaso ou se mentiu. Caso nesse item o respondente pontuar 32 ou mais na escala deve-se desconsiderar todo seu resultado, pois torna o inventário inválido para este indivíduo.

Além dessas necessidades, há uma escala de desejabilidade social com 12 itens, extraídos da Escala de Personalidade de Comrey, e há ainda uma escala de validade com 8 itens que avalia o grau de atenção com que o teste foi respondido. Ao todo o teste contém 155 itens. As respostas a cada item são em escala tipo Likert composta por 7 pontos. Os pontos da escala correspondem progressivamente de “1 = Nada característico” até “7 = Totalmente característico”.

A interpretação do resultado como um todo é feita com base no gênero do respondente. A partir do escore bruto transformado em percentil se chega ao perfil do indivíduo. O mais importante na análise do perfil apresentado são as necessidades cujos escores se situam abaixo ou acima da média.

Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL) (Lipp, 2000)

O Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL) se baseia no modelo trifásico de Selye e foi padronizado por Lipp e Guevara em 1994. É composto por três quadros referentes às fases do estresse, sendo a primeira fase de alarme, a segunda de resistência e a terceira de exaustão. Há ainda uma fase de quase-exaustão, que indica que, caso não haja intervenção, o indivíduo está próximo de entrar na fase de exaustão. O primeiro quadro tem 15 itens e está relacionado aos sintomas físicos ou psicológicos que o indivíduo tenha vivenciado nas últimas 24 horas. O segundo quadro é composto por 10 sintomas físicos e cinco psicológicos, refere-se aos sintomas vivenciado na última semana. E o terceiro quadro é composto de 12 sintomas físicos e 11 psicológicos, corresponde aos sintomas vivenciados no último mês. O ISSL no total tem 37 itens de natureza somática e 19 psicológicas. O instrumento ainda indica se os sintomas do respondente são de predominância física ou psicológica.

Procedimentos

Após obtenção da autorização da direção da Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná (ESPC) para a realização da pesquisa (Anexo VI) o projeto foi

enviado para o Comitê de Ética em Pesquisa por meio da Plataforma Brasil. Mediante a aprovação do comitê, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 22928913.0.0000.0103, deu-se início a pesquisa propriamente dita. Foi realizado o primeiro contato com os participantes em dia e horário determinado pela direção da ESPC para informação e esclarecimento acerca da pesquisa. Posteriormente foi realizada a coleta de dados com a primeira turma. Oito meses depois, realizou-se a coleta de dados com a segunda turma. A aplicação dos instrumentos foi realizada de forma coletiva em salas de aula com grupos de 20 a 30 policiais de cada vez com duração média de uma hora e quarenta minutos. Juntamente com os instrumentos foi entregue aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Resolução 196/96 (anexo 2), que foi lido e assinado. A pesquisa teve baixa adesão dos participantes, sendo que do total de cerca de 323 policiais civis (190 da primeira turma e de 133 da segunda turma), apenas 77 responderam todos instrumentos.

RESULTADOS

Este capítulo se dedica apresentar os resultados obtidos na pesquisa realizada com uma amostra de policiais civis do Estado do Paraná, de modo que se possa identificar o perfil comportamental desses policiais. Os dados foram processados e analisados de acordo com as normas estabelecidas para análise de cada instrumento. Após essa etapa, os dados foram agrupados em planilhas, processados com o auxílio do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) e categorizados em tabelas.

De acordo com os dados obtidos na tabela 1, pode-se verificar que a maioria da amostra de policiais civis do Estado do Paraná - 93,5% - apresentaram depressão mínima, que é a menor classificação da escala. Enquanto que 6,5% apresentaram depressão leve. Os dados obtidos indicam também que a maior parte dos participantes apresentaram o menor grau de ansiedade de acordo com a classificação do instrumento - 92,2% dos policiais apresentou ansiedade mínima. Cerca de 7,8% da amostra apresentaram algum grau de ansiedade, dos quais 5,2% corresponde à ansiedade leve e 2,6% à ansiedade moderada.

Tabela1: BDI e BAI

BDI		
Grau de Depressão	Frequência	Porcentagem
Leve	5	6,5%
Mínimo	72	93,5%
BAI		
Grau de Ansiedade	Frequência	Porcentagem
Moderado	2	2,6%
Leve	4	5,2%
Mínimo	71	92,2%

Os dados apresentados na tabela 2 revelam que 49,3% dos participantes possuem alto repertório de habilidades sociais conforme dispõe o IHS total. Os participantes que têm habilidades sócias na média da população representam 28,7% da amostra, enquanto que os que têm baixo repertório somaram 22%.

Os dados da tabela 2 demonstram também que o fator que os participantes apresentaram maior índice de alto repertório foi o IHS 3 – conversação e desenvoltura social – com 61%. Todos os demais fatores do IHS (1, 2, 4 e 5) apresentaram um índice similar de alto repertório (variando de 33,7% até 40,2%). O fator em que os policiais apresentaram maior grau de baixo repertório foi o IHS 1 – enfrentamento e autoafirmação com riso – cujo somatório representou 23,4% dos participantes.

Tabela 2: IHS

Fator	Alto repertório	Médio repertório	Baixo repertório
	Frequência; Porcentagem	Frequência; Porcentagem	Frequência; Porcentagem
IHS Total	38 (49,3%)	22 (28,7%)	17 (22%)
IHS 1: enfrentamento e autoafirmação com risco	31 (40,2%)	28 (36,4%)	18 (23,4%)
IHS 2: autoafirmação na expressão de sentimento positivo	29 (37,7%)	36 (46,7%)	12 (15,6%)
IHS 3: conversação e desenvoltura social	47 (61%)	19 (24,7%)	11 (14,3%)
IHS 4: autoexposição a desconhecidos e situações novas	26 (33,7%)	34 (44,2%)	17 (22,1%)
IHS 5: autocontrole da agressividade	27 (35%)	40 (35%)	10 (13%)

Conforme se pode observar nos dados expostos na tabela 3, os fatores em que os respondentes apresentaram escore mais alto foram: desempenho (57,1%), desejabilidade social (55,8%), dominância (42,9%), deferência e afiliação (ambos com 41,6%). Os itens que os participantes tiveram escores mais baixos foram para os seguintes: exibição (67,5%), denegação (65%), agressão (62,3%), mudança (57,1%) e autonomia (52%).

O maior escore no fator desempenho pode ter se dado por este ser um aspecto exigido do policial, isto é, se espera que o agente de segurança pública atue com destreza e competência, assim possivelmente os participantes procuraram responder o instrumento para apresentar destaque nesse fator. O menor escore no fator exibição possivelmente ocorreu por motivo análogo, pois é um comportamento que usualmente

não se espera do policial, qual seja o desejo de ser visto e impressionar ou chocar outras pessoas.

Tabela 3: IFP

Fator	Escore alto	Escore médio	Escore baixo
	Frequência; Porcentagem	Frequência; Porcentagem	Frequência; Porcentagem
IFP Assistência	17 (22,1%)	45 (58,4%)	15 (19,5%)
IFP Deferência	32 (41,6%)	25 (32,4%)	20 (26%)
IFP Afiliação	32 (41,6%)	17 (22,1%)	28 (36,3%)
IFP Dominância	33 (42,9%)	20 (26%)	24 (31,1%)
IFP Denegação	9 (11,7%)	18 (23,3%)	50 (65%)
IFP Desempenho	44 (57,1%)	19 (24,7%)	14 (18,2%)
IFP Exibição	10 (13%)	15 (19,5%)	52 (67,5%)
IFP Agressão	16 (20,8%)	13 (16,9%)	48 (62,3%)
IFP Persistência	28 (36,4%)	38 (49,3%)	11 (14,3%)
IFP Mudança	14 (18,2%)	19 (24,7%)	44 (57,1%)
IFP Autonomia	16 (20,7%)	21 (27,3%)	40 (52%)
IFP Desejabilidade Social	43 (55,8%)	19 (24,7%)	15 (19,5%)

Mediante as respostas obtidas na coleta de dados e dispostas na tabela 4, pode-se perceber que a maior parte dos policiais pesquisados não apresenta estresse de acordo com a classificação do instrumento. Aqueles participantes que apresentaram estresse em algum grau somam 13%, dos quais: 2,6% estresse na fase de exaustão com predomínio de sintomas psicológicos, 7,8% estresse na fase de resistência (destes 5,2% com predomínio de sintomas físicos e 2,6% com predomínio de sintomas psicológicos) e 1,3% na fase de alerta com predomínio de sintomas psicológicos.

Tabela 4: ISSL

Escore	Frequência	Porcentagem
Exaustão/Psicológicos	1	1,3%
Resistência/Físico	3	5,2%
Resistência/Psicológicos	4	2,6%
Alerta/Psicológicos	2	2,6%
Não tem estresse	67	87%

Ao comparar todos os dados entre si, encontrou-se correlações estatisticamente significativa entre algumas variáveis pesquisadas. A correlação entre idade e o item agressividade do IFP apontou $r = -0,423$ e $p = 0,002$, sendo esta uma correlação negativa e moderada.

A variável idade também encontrou correção negativa e moderada ($r = -0,406$; $p = 0,003$), com o item exibição do IFP. O fator IFP desejabilidade social correlacionou-se positivamente com idade ($r = 0,463$; $p < 0,001$). O ISSL (Lipp, 2000) apresentou correlação negativa com idade ($r = -0,486$; $p < 0,001$).

A variável gênero não apresentou correlação com nenhum dos demais itens investigados na pesquisa. Entre investigadores, escrivães e papiloscopistas também não foi encontrado nenhuma diferença estatisticamente relevante, isto é, as três funções apresentaram resultados similares.

A comparação entre os itens dos instrumentos também apontou algumas correlações estatisticamente significativas. O IHS 1, enfrentamento e autoafirmação com risco, teve correlação negativa e moderada com o BAI ($r = -0,406$; $p < 0,001$). O IHS 2, autoafirmação na expressão de afeto positivo, apresentou correlação com três fatores do IFP, o IFP assistência ($r = 0,372$; $p < 0,001$), o IFP deferência ($r = 0,415$; $p < 0,001$) o IFP afiliação ($r = 0,580$; $p < 0,001$). O IHS 5, autocontrole da agressividade em situações aversivas, apresentou correlação negativa e moderada com o item agressividade do IFP ($r = -0,615$; $p < 0,001$).

O escore do BDI e do BAI apresentaram correlação positiva e moderada entre si ($r = 0,490$ e $p < 0,001$). O BAI e o BDI apresentaram também correlação positiva e moderada com o escore do ISSL, especificamente $r = 0,470$ e $p < 0,001$ para o BDI e $r = 0,479$ e $p < 0,001$ para o BAI.

DISCUSSÃO

Quase a totalidade dos policiais pesquisados (93,5%) apresentou depressão mínima. Esse dado diverge da literatura sobre o tema. Na pesquisa de Minayo, Assis e Oliveira (2011) com policiais civis e militares do Rio de Janeiro, 20,3% dos policiais civis pesquisados apresentavam sintomas de depressão e ansiedade de acordo com o instrumento desenvolvido pelos próprios pesquisadores. Esse número é similar ao do estudo de Hsiu-Chao (2006) com 832 polícias da cidade de Kaohsiung em Taiwan em que se constatou sintomas depressivos em 21,6% da amostra. Contudo, em ambos os estudos não foram apresentados dados detalhados do perfil desses policiais, tais como idade e tempo de efetivo exercício, variáveis que podem influenciar na sintomatologia de estresse e depressão. No caso da presente pesquisa, o fato de os participantes estarem há relativamente pouco tempo em serviço (cerca de um ano e meio) pode explicar o índice encontrado, pois se os policiais adentraram na organização há relativamente pouco tempo, se espera que seu índice de depressão não seja elevado.

No estudo de Cardoso (2010) com policiais da cidade de Lisboa – POR, constatou-se que os índices mais elevados de estresse se encontram entre os policiais com mais tempo de efetivo exercício. Especificamente, aqueles que eram polícias há 20 ou 30 anos apresentavam os valores mais altos de estresse. No entanto, variáveis como sexo, idade, estado civil, escolaridade, etc., não demonstraram correlação estatisticamente significativa com estresse.

Em um estudo realizado pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina em 2010 com forças da segurança pública - integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Instituto Geral de Perícias – 20,7% dos participantes relataram sentimentos de apatia, depressão ou raiva prolongada no último mês. A média de idade desses policiais era de 40,4 anos e a média do tempo de serviço era de 12,07 anos. Em outra pesquisa, realizada pelo Ministério da Justiça em 2013, as mulheres servidoras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar apresentaram índice de depressão de 25%, enquanto que as mulheres servidoras da Polícia Civil apresentaram índice de 12,67%.

O índice de ansiedade encontrado nos policiais pesquisados (92,2% apresentou ansiedade mínima) também se encontra abaixo dos índices obtidos em outras pesquisas. No estudo de Minayo, Assis e Oliveira (2011) com policiais civis e militares do Rio de Janeiro 20,3% dos policiais civis pesquisados apresentavam sintomas de ansiedade pelo instrumento desenvolvido pelos pesquisadores.

De acordo com Andrade e Gorenstein (1998), a ansiedade é um estado emocional que engloba fatores psicológicos e fisiológicos e é um componente normal das experiências humanas, estando presente em diversas situações. Contudo, no momento em que é desproporcional à situação que a desencadeia ou quando não há um objeto específico ao qual se direcione, a ansiedade passa a ser patológica. Nesse sentido, Castilho, Recondo, Asbahr e Manfro (2000) afirmam que a ansiedade se torna patológica quando é exagerada em relação ao estímulo, ou qualitativamente diferente do que se observa como padrão naquela faixa etária e compromete a qualidade de vida, o estado emocional e as atividades laborais do indivíduo.

Conforme Coelho (2006), a definição do conceito de ansiedade é divergente na literatura, porém, o que há de comum entre os autores é a definição de ansiedade como o produto de contingências aversivas. A autora destaca que a aversividade de uma situação depende do contexto em que ela ocorre a interpretação do indivíduo, isto é, nenhum evento é em si aversivo.

Em relação às respostas dos participantes no IHS, algumas considerações podem ser feitas. O fator enfrentamento e autoafirmação com risco indica a capacidade do indivíduo em enfrentar situações interpessoais que envolvem a afirmação de direitos e autoestima, com risco possível de rejeição por parte do interlocutor. É um indicador de assertividade e manejo na ansiedade frente a outras pessoas, em especial situações de risco, tais como falar em público, discordar de alguma autoridade, lidar com críticas, etc. (Del-Prette & Del-Prette, 2001). Destaca-se que quase um quarto dos participantes apresentarem baixo repertório nesse fator.

O fator 2 do IHS, autoafirmação na expressão de sentimento positivo, indica a habilidade do indivíduo em expressar afeto positivo e de afirmação na autoestima que não envolvem riscos ou envolve um risco mínimo. Como exemplo de situações que compreendem esse fator pode-se citar: elogiar familiares, agradecer elogios, participar de uma conversa trivial, etc. (Del-Prette & Del-Prette, 2001). Verifica-se que não é um

componente determinante e essencial na atuação do policial, pois não faz parte do rol das principais atividades desempenhadas pelo policial. Apenas 15,6% dos participantes apresentaram baixo nível de habilidade nesse fator.

Conversação e desenvoltura social, fator 3 do IHS, representa a capacidade de lidar com situações neutras de aproximação, com risco mínimo de rejeição. Alta habilidade nesse fator demonstra que o indivíduo tem bom conhecimento de normas de relacionamento cotidiano, tais como pedir favor a colegas, recusar pedidos abusivos, etc. (Del-Prette & Del-Prette, 2001). Ressalta-se que 14,3% dos policiais pesquisados apresentaram escore baixo nesse fator.

Conforme sugere o título do fator 4 do IHS (autoexposição a desconhecidos e situações novas), este componente está relacionado a habilidade em abordar pessoas desconhecidas. É similar ao fator 3 do IHS, mas apresenta maior risco de rejeição, como exemplo de situações pode-se citar: pedir favores a pessoas desconhecidas, fazer palestras para um público desconhecido, etc. (Del-Prette & Del-Prette, 2001). No que tange aos escores obtidos pelos participantes, percebe-se que houve um decréscimo em relação aos escores do IHS 3 no alto repertório de 61% para 33,7%, assim como houve um acréscimo no baixo repertório de 14,3% para 22,1%. Esse é um indicativo de que os participantes apresentam maiores habilidades sociais em lidar com situações cotidianas de menor risco (exemplo: encerrar uma conversa por telefone) se comparado com situações de maior exposição.

O fator de autocontrole da agressividade (IHS 5) corresponde a um dos itens mais cobrados dos policiais em sua atuação com a população, pois indica a habilidade de reagir a situações aversivas por parte do interlocutor, algo cotidiano na tarefa policial. Somatório significativo dos policiais pesquisados – 87% - situa-se na média ou acima da média nesse fator. Dell Prette e Del Prette (2001) assinalam que um escore alto no IHS 5 não significa deixar de expressar descontentamento, mas fazê-lo de forma socialmente competente e controlar as próprias emoções. Habilidades sociais são classes de comportamentos que compõem um desempenho socialmente competente. Há casos em que o indivíduo possui as habilidades, mas não as coloca em prática em diversas situações por vários motivos, dentre os quais se podem citar a ansiedade, dificuldade de leitura do ambiente, etc. (Del Prette & Del Prette, 2001).

Em um estudo realizado pelo Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2012) com integrantes da segurança pública, os policiais civis relataram ter maior dificuldade com as seguintes habilidades comportamentais: capacidade de resistência à frustração, trabalhar sob pressão e capacidade de agir com inteligência emocional. O estudo do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2012) sugere a necessidade de investimento no preparo emocional desses policiais, de forma a instrumentalizá-los a lidar com as diversas ocorrências sem sobrecarga e imparcialidade exigida.

As habilidades comportamentais tidas como mais importantes para esses policiais civis do estudo do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2012) se referem a ser honesto, agir com profissionalismo e demonstrar cordialidade e respeito. Apontaram como as habilidades técnicas mais importantes em sua atuação: ser capaz de zelar pela própria integridade física e pela de seus companheiros no atendimento a diversas ocorrências, capacidade de utilizar armas e munições, quando necessário e aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.

É importante destacar a influência que a cultura e o contexto social exercem nas habilidades sociais. Alguns comportamentos podem colaborar para a competência social em uma particular situação, mas em outro não, devido a valores e regras de determinada cultura (Del Prette & Del Prette, 2008).

Del Prette e Del Prette (2001) também destacam que ter um bom repertório de habilidades sociais é condição necessária, mas não suficiente para um desempenho socialmente competente. É preciso considerar o conjunto de fatores pessoais (pensamentos, sentimentos, crenças, etc.) que podem influenciar no exercício desse repertório de habilidades sociais em dada situação.

O Inventário Fatorial de Personalidade (IFP) forneceu o perfil de cada policial em doze fatores de personalidade. Além dos dados em si, é importante observar como os autores definem cada fator. Indivíduos com alto escore no IFP assistência possuem grandes desejos e sentimentos de piedade, compaixão e ternura, pelos quais deseja dar simpatia e gratificar as necessidades de um sujeito indefeso, defendê-lo no perigo (característica desejada em um policial), dar-lhe suporte emocional e consolo na tristeza, doença e outros infortúnios (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007).

As características de deferência do IFP são exigidas em alguns cargos de segurança pública, em especial militares. Respeito, admiração e reverência caracterizam as pessoas com altos escores nesse fator, que expressa o desejo de admirar e dar suporte a um superior, gostam de elogiar e honrar os superiores, bem como de imitá-los e obedecê-los (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007). Quase metade dos participantes (41,6%) apresentou alto escore em deferência.

O item afiliação se caracteriza pelo desejo de dar e receber afeto de amigos. Pessoas com altos escores nesse fator são caracterizadas por confiança, boa vontade e amor. Gostam de se apegar e ser leais aos amigos (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007).

Figuras de autoridade, tais como os policiais, podem apresentar escores altos no fator dominância. Na presente pesquisa 68,9% dos policiais apresentaram escores altos ou médios. Os componentes principais desse fator são: sentimentos de autoconfiança e o desejo de controlar os outros, influenciar ou dirigir o comportamento deles por meio de sugestão, sedução, persuasão ou comando (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007).

Um dos fatores em que os participantes tiveram escores mais baixos corresponde ao item denegação do IFP. Um sujeito com escores altos nesse fator representa um indivíduo que se entrega à resignação, abulia. Trata-se do desejo ou tendência de se submeter passivamente a força externa, aceitar desaforo, castigo e culpa, resignar-se ao destino, admitir inferioridades, erro e fracasso, confessar erros e desejos de autodestruição, dor, castigo, doença e desgraça (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007).

Ao contrário, o item desempenho foi o que os participantes tiveram escores mais altos, o que é característico de indivíduos com ambição, empenho e o desejo de realizar algo difícil, como dominar, manipular e organizar objetos, pessoas e ideias. Gostam de fazer coisas independentemente e com a maior rapidez possível, sobressair, vencer obstáculos e manter altos padrões de realização (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007).

Segundo Pasquali, Azevedo e Ghesti (2007), a vaidade caracteriza sujeitos com escores altos no fator exibição, que expressa o desejo de impressionar, ser ouvido e visto. Tal sujeito gosta de fascinar as pessoas, exercer fascínio e mesmo chocá-las, gosta de dramatizar as coisas para impressionar e entreter. Esses atributos não são esperados em policiais, o que pode explicar o porquê somente 13% dos participantes apresentarem escores altos nesse fator.

Outro item do IFP que se espera que os policiais não apresentem alto escore é agressão. A raiva, a irritação e o ódio caracterizam as pessoas com escores altos nesse fator, que expressa o desejo de superar com vigor a oposição. Tais pessoas gostam de lutar, brigar, atacar e injuriar, fazer oposições, censurar e ridicularizar os outros (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007). Apesar de 62,3% apresentarem baixo escore em agressividade, cerca de um quinto da amostra (20,8%) demonstrou alto escore, algo que pode ser significativo, pois é um alto índice de policiais que estão mais propensos a ter comportamentos agressivos e contrários ao interesse público.

Altos escores no fator persistência caracterizam indivíduos que têm tendência de levar a cabo qualquer trabalho iniciado por mais difícil que possa parecer. Ele vive obcecado por ver o resultado final de um trabalho, esquecendo o tempo e o repouso necessário, resultando, não raro, em queixas de pouco tempo, de cansaço e preocupações (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007). Aproximadamente metade dos policiais pesquisados (49,3%) apresentou escore médio nesse fator.

Pasquali, Azevedo & Ghesti (2007) classificam os indivíduos com alto escore no fator autonomia do IFP como aqueles que não gostam de executar tarefas impostas pela autoridade, pois gostam de agir independente e livremente, seguindo seus impulsos. Desafiam qualquer convenção. Naturalmente essas características não integram o rol daquelas esperadas em um policial, pois, o agente da lei deve pautar sua conduta por normas legais e pela razoabilidade, de modo que agir por impulso não é recomendado.

O somatório de 55,8% apresentou escore alto em desejabilidade social. Esse é um dado relevante, pois, se o escore na desejabilidade social for muito alto indica que o indivíduo tentou se apresentar de uma maneira que os outros gostariam que ele fosse visto. Se esse for o caso, a interpretação do restante do perfil deve ser feita com cuidado, pois o sujeito pode ter utilizado a mesma técnica, isto é, de responder segundo as expectativas dos outros e não segundo suas próprias necessidades (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 2007).

Os altos escores em desejabilidade social indicam que os participantes não responderam os instrumentos com sinceridade ou fizeram de forma a tentar aparentar um perfil diverso do verdadeiro. Talvez esse fato tenha ocorrido pela falta de sensibilização junto aos participantes da real relevância da pesquisa, bem como dos benefícios que poderiam ser proporcionados para a própria instituição policial.

Outra hipótese do motivo do alto escore em desejabilidade social é que alguns participantes relataram, no momento da aplicação do instrumento, que já conheciam o teste, pois é o mesmo aplicado no concurso público para selecionar servidores da Polícia Federal. De fato existe material disponível na internet para o público em geral que orienta como responder esse instrumento para ter determinado perfil, como por exemplo, baixo índice de agressividade. O referido material, denominado “manual do psicotécnico”, explicita como é feita a correção de diversos instrumentos psicológicos utilizados em concursos públicos e está disponível para *download* no *4shared.com* (serviço de hospedagem e compartilhamento de arquivos).

No que tange ao estresse, a maior parte dos policiais pesquisados (87%) foi classificado de acordo com o ISSL como sem estresse. Esse dado pode ser comparado com outras pesquisas sobre estresse em policiais que utilizam o mesmo instrumento. Em uma pesquisa de Rossetti et al (2008) com policiais federais de São Paulo, 61,6% não apresentou estresse, 0,4% se situou na fase de exaustão, 3,2% na fase de quase-exaustão, 32,4% na fase de resistência e 2,4% na fase de alerta. Não se especificou no referido estudo o tempo de atuação desses policiais federais, apenas que foram selecionados de modo a abranger uma diversidade considerável nesse quesito.

No estudo de Dantas, Brito, Rodrigues e Maciente (2010) com policiais militares de Minas Gerais, verificou-se que 55,3% não tem estresse e 44,7% apresenta estresse. Destes, 17,6% se situa na fase de alerta, 70,6% na fase de resistência, 5,9% na fase de quase-exaustão e 5,9% na fase de exaustão. A média de idade dos participantes era de 34,89 anos, o tempo de serviço dos participantes não foi informado.

Em outro estudo de Costa et al (2007) com policiais militares de Natal – RN, 52,6% dos policiais não apresentou estresse, enquanto que 47,4% apresentou. Destes, 3,4% na fase de alerta, 39,8% na fase de resistência, 3,8% na fase de quase-exaustão e 0,4% na fase de exaustão. Todos os participantes tinham no mínimo 2 anos de efetivo exercício.

Santos e Castro (1998) definem o estresse como um estado de desarmonia, em que a homeostase do organismo está comprometida. A resposta do indivíduo frente aos eventos estressores seria o fator determinante se o estresse seria positivo ou se acarretaria danos à saúde. Em relação contexto laboral, Souza, Franco, Meirelles e

Ferreira (2007) conceituam o estresse uma desarmonia entre as demandas do trabalho e a competência de resposta dos trabalhadores.

A fase do alerta é a fase positiva do estresse, que deixa o indivíduo mais motivado. A fase de resistência é a perpetuação da fase de alerta por um período mais prolongado ou com novos fatores estressores que se acumulam, nesta fase o indivíduo está mais vulnerável. Já a exaustão é a fase patológica do estresse, ocorre um desequilíbrio e depressão, o trabalho e a concentração do indivíduo ficam prejudicados (Lipp, 2000).

Conforme Lipp (2000), o estresse, além de ser benéfico, é necessário em diversos momentos cotidianos, pois em situações de tensão o corpo produz adrenalina e dopamina, substâncias essenciais para ocasiões em que o estado de alerta é exigido ou para luta ou fuga de situações mais difíceis. No entanto, se o estresse é contínuo, o organismo se desgasta e surgem sintomas da fase de “resistência”, que se caracteriza pelo cansaço generalizado e dificuldades com a memória. A autora classifica o estresse em positivo, ideal e negativo.

O estresse positivo seria a fase de alerta, que se relaciona com a produtividade e é esperado em todos os indivíduos. O estresse ideal se refere ao manejo do estresse e gerenciamento da fase de alerta de modo eficaz, é um período de homeostase após a fase de alerta. Já o estresse negativo acontece quando o indivíduo extrapola seus limites e exaure sua capacidade de adaptação, o organismo aos poucos vai se deteriorando e o adoecimento pode vir a ocorrer.

No que concerne à correlação dos dados, alguns aspectos necessitam ser destacados. Encontrou-se correlação negativa entre idade e os itens agressividade e exibição do IFP, assim como com o ISSL. O dado indica que quanto mais velho o policial, sua agressividade e exibição tendem a ser menores. Também indica que com o passar dos anos o policial civil tende a apresentar menor índice de estresse e o policial mais novo é propenso a apresentar índices mais elevados.

As correlações entre os itens investigados e o gênero sugerem que não há diferença significativa entre os policiais civis homens e as policiais civis mulheres da amostra. Entre os cargos dos pesquisados (investigador, escrivão e papiloscopista) também não houve correlação. É preciso ressaltar que apesar de possuírem atribuições diferentes, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 4.884 de 1978, na prática policial é

comum que escrivães, investigadores e papiloscopistas desempenharem funções semelhantes e em conjunto. Na pesquisa de Griza (2012) com policiais civis do Rio Grande do Sul observou-se que a designação para determinada tarefa não depende tanto do cargo em si (se o policial é escrivão, investigador ou papiloscopista), mas sim da necessidade atual do departamento, tornando os cargos determinados de acordo com essa necessidade.

O IHS 1, enfrentamento e autoafirmação com risco teve correlação negativa e o BAI apresentaram correlação negativa. Alto escore no IHS 1 indica, dentre outras coisas, a capacidade do indivíduo manejar sua ansiedade frente a outras pessoas. Desse modo, era esperado que quanto maior for o escore do respondente nesse fator, menor seria seu índice de ansiedade representado no BAI.

O IHS 2, autoafirmação na expressão de afeto positivo, apresentou correlação com três fatores do IFP (assistência, deferência e afiliação). É condizente com a definição dos itens essa correlação, pois, os significados dos termos são similares, todos envolvem a relação de cuidado e proximidade com outras pessoas.

O IHS 5, autocontrole da agressividade em situações aversivas, apresentou correlação negativa com o item agressividade do IFP. Esse dado indica que o autocontrole da agressividade é inversamente proporcional ao nível de agressividade, isto é, quanto maior a habilidade do policial em controlar a raiva e a agressividade, menor tende a ser seu nível de agressividade.

Tal conclusão sugere a importância de ações junto à corporação policial que visem o manejo da agressividade e responder as situações aversivas de maneira socialmente competente, pois dessa forma sua agressividade tende a diminuir e melhorar o seu trabalho com a população. Essa ideia é corroborada pelo estudo de Griffin e Bernard (2003), o qual indica que o estresse crônico aumenta consideravelmente a probabilidade de o policial vir a apresentar comportamentos agressivos no desempenhar de suas funções.

Entre os escores do BDI, BAI e ISSL encontrou-se correlação positiva e moderada. É o indicativo de uma relação próxima entre os sintomas de ansiedade e de depressão nos policiais. O dado sinaliza também que quanto maior o nível de depressão e ansiedade do policial, maior tende a ser o seu nível de estresse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da presente pesquisa foi a de verificar qual o perfil comportamental do policial civil ingressante do estado do Paraná. Desse modo foram traçados objetivos *a priori* para avaliar características comportamentais e de personalidade do policial civil. Especificamente, buscou-se avaliar nível de ansiedade e depressão, habilidades sociais, estresse e diversos fatores de personalidade (agressão, dominância, desejabilidade social, etc.).

Por meio da apuração dos dados obtidos, pode-se perceber baixo nível de ansiedade, depressão e estresse por parte desses policiais civil, algo que diverge da literatura sobre o tema, que aponta altos escores nesses quesitos em policiais. Entretanto, pelo fato dos participantes serem recém-ingressos, esperava-se que seus índices realmente fossem menores nos quesitos investigados. No que tange aos resultados obtidos com o inventário fatorial de personalidade de Pasquali, Azevedo e Ghesti (1997), alguns aspectos relevantes foram obtidos, tais como o nível de agressividade dos policiais (cerca de um quinto apresentou escore alto nesse fator).

Contudo, os resultados do presente estudo podem ser relativizados, uma vez que parece que houve falta de comprometimento dos policiais com a pesquisa, como pode ser percebido pela redução do tamanho da amostra original. Há indícios também de que os participantes não foram totalmente sinceros ao responder aos instrumentos ou tentaram aparentar um perfil comportamental diverso do real. Um indicador desse fato foi o resultado do item “desejabilidade social” do IFP (Pasquali, Azevedo & Ghesti, 1997). Se muito alto o escore da desejabilidade, aponta que o participante tentou demonstrar-se de uma forma que os outros gostariam que ele fosse visto, nesse caso, a interpretação do restante do perfil deve ser feita com cautela. Do total de participantes, 55,8% apresentaram escore alto neste fator.

Outra limitação do estudo está relacionada ao tempo de atuação dos policiais pesquisados. Todos os participantes tinham aproximadamente um ano e meio de atuação como policial. A fim de se poder generalizar e realizar comparações, seria necessário pesquisar também policiais com diferentes tempos de atuação. Desta forma se poderia verificar a diferença nos níveis de estresse, depressão, ansiedade, etc., do

policial recém-ingresso na corporação e daquele que já está, por exemplo, há 10 ou 20 anos atuando. Desse modo, poder-se-ia perceber com segurança o quanto o trabalho policial interfere nos fatores analisados (depressão, estresse, ansiedade, etc.).

Como indicação para novas pesquisas, nota-se a necessidade de explorar mais o tema em questão e aprofundá-lo com estudos que ampliem a compreensão a respeito do perfil comportamental do policial. Foi possível perceber no decorrer da pesquisa da dificuldade de realizar estudos com policiais, devido à resistência e desconfiança característica dessa categoria. Portanto, ressalta-se a importância de um trabalho de sensibilização e ambientação junto ao grupo antes de realizar alguma pesquisa com os agentes de segurança pública. Outro método possivelmente eficaz seria a aplicação individual de instrumentos e entrevistas com os policiais, ao invés de aplicação coletiva, como foi o caso da presente pesquisa.

O presente estudo, no que tange ao estresse, se propôs a avaliar o nível de estresse pessoais dos participantes. Bartol e Bartol (2008) citam também outros estressores, quais sejam: os organizacionais, os relacionados à tarefa e os externos. Desse modo, outra indicação para novas pesquisas seria pesquisar esses estressores elencados por Bartol e Bartol (2008) não explorados na pesquisa.

Destaca-se que o uso do Inventário Fatorial de Personalidade (IFP) em futuras pesquisas deve ser reconsiderado. Trata-se de um instrumento extenso (155 afirmativas para se julgar em uma escala de “1 = Nada característico” até “7 = Totalmente característico”) que demanda tempo e desgasta os participantes. Ademais, é um instrumento constantemente utilizado em exames psicotécnicos para seleção de cargos públicos das carreiras policiais e alguns participantes sabem o que responder para apresentar determinado perfil segundo a classificação do instrumento.

Novas pesquisas também podem explorar a temática acerca da formação policial. Para Kant (2011), as seguintes premissas deveriam nortear o currículo de formação do policial: o uso do aparato policial em um Estado Democrático compõe a política geral de manifestação da cidadania; a polícia é um serviço público que visa o amparo e a proteção da cidadania; e o fundamento da autoridade policial é a sua habilidade de administrar conflitos.

Também se identifica a necessidade de projetos de intervenção que atuem diretamente sobre as queixas e dificuldades relatadas pelos policiais em pesquisas já

realizadas. Ressalta-se que há cursos disponíveis que trabalham essas dificuldades apontadas, tais como o Treinamento em Habilidades Sociais realizados por Almir Del Prette e Zilda Del Prette da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

A carência em algumas habilidades sociais nos policiais civis é uma queixa da população. No estudo de Cardia et al (2003) no estado de São Paulo, investigou-se a percepção da população acerca do trabalho da polícia militar e da polícia civil. A principal crítica sobre a polícia civil foi o mau atendimento no Departamento Policial (DP), em especial a falta de preparo dos policiais em lidar com o público. Alguns participantes da referida pesquisa relataram a humilhação que já passaram no contato com os policiais.

Segundo Silva, Matos, Valdivia, Cascaes e Barbosa (2013), intervenções psicológicas com os policiais podem trazer diversos benefícios para esses profissionais, tais como a aumento na autoestima, autoimagem, realização e melhorias nos aspectos da vida pessoal e profissional, além de benefícios físicos. Nesse sentido, Manuel e Soeiro (2010) ressaltam que o Estado deveria assumir como prioridade desenvolver um programa de prevenção, detecção, encaminhamento e tratamento de problemas de saúde que afetam os policiais, tais como estresse, depressão e ansiedade.

Conforme Hickman et al (2011), os policiais desempenham um papel fundamental na sociedade. Se a saúde desses operadores da lei não é cuidada, suas decisões e atuação tendem a estar comprometidas. Segundo os autores, quase a totalidade das pesquisas de estresse e ansiedade com policiais se baseiam em auto-relatos, contudo Hickman et al (2011) sugerem pesquisas de estresse com polícias com indicadores fisiológicos que meçam a frequência cardíaca em tempo real e assim possam indicar dados mais precisos.

Os resultados obtidos no presente estudo indicaram alguns déficits de habilidades sociais nos policiais pesquisados. Cerca de um quinto dos participantes apresentaram baixo repertório em enfrentamento e autoafirmação com risco, autoexposição a desconhecidos e situações novas e em habilidades sociais como um todo. Caso sejam ofertados programas de desenvolvimento de habilidades sociais aos ingressantes na corporação tais quesitos podem ser aperfeiçoados. Desse modo, a sociedade como um todo tende a se beneficiar, pois o agente de segurança pública estará

mais preparado para lidar com as situações cotidianas do trabalho policial e consequentemente desempenhar melhor o seu papel.

Referências

- Aaron, J. D. K (2000). Stress and Coping in Police Officers. *Police Quaterly*, Vol. 3, n. 4, pp. 438 – 450.
- Andrade, E. R; Souza, E. R. (2010). Autoestima como expressão de saúde mental e dispositivo de mudanças na cultura organizacional da polícia. *Revista Psicologia Clínica*, Vol. 22, n. 2, pp. 179 – 195.
- Andrade, L. H. S. G; Gorenstein, C. (1998). Aspectos gerais das escalas da avaliação de ansiedade. *Revista de Psiquiatria Clínica*, Vol. 25, n. 6.
- Avdija, A. S. (2010). The role of police behavior in predicting citizens' attitudes toward the police. *Applied Psychology in Criminal Justice*, Vol. 6, n.2, pp. 15 – 29.
- Bacila, C. R. (2005). *Estigma – um estudo sobre preconceitos*. Rio de Janeiro: Lume Juris.
- Bartol, C. R., & Bartol, A. M. (2008). *Current Perspectives in Forensic Psychology and Criminal Behavior*. 2 ed. Los Angeles: Sage.
- Bartol, C. R., & Bartol, A. M. (2012). *Introduction to Forensic Psychology: Research and Application*. (2012). 3 ed. Los Angeles: Sage.
- Beato, C. C. (2001). Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. *Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – UFMG*.
- Bejarano, Y. R. C; Gómez, M. A. O; Ariza, C. A. L; Prieto, B. L. A; Espinosa, N. M. V. (2012). Estado de salud de una muestra de policías y su relación con variables policiales. *Diversitas: perspectivas em Psicologia*, Vol. 8, n. 1, pp. 53 – 71.

Bicudo, H. (2000). A unificação das policiais no Brasil. *Estudos Avançados*, Vol. 14, n. 40, pp. 103 – 114.

Bourguignon, D. R; Borges, L. H; Brasil, A. P. R; Fellipe, E. V; Milanezi, E. L; Cazarotto, J. L. (1998). Análise das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da Polícia Civil no Espírito Santo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. Vol. 24, pp. 95-113.

Boyce, J. (2006). Police officers under stress. *Arkansas: Criminal Justice Institute, University of Arkansas System, School of Law Enforcement Supervision*.

Branco, A. I. M. C. (2010). *Stresse profissional na Polícia: um estudo exploratório sobre a influência das variáveis tempo de serviço e sexo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal.

Brito, D. P; Goulart, I. B. (2005). Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. *Psico-USF*, Vol. 10, n. 2, pp. 149 – 160.

Cardia, N. (2003). O Policiamento que a Sociedade Deseja. Recuperado em 23 de junho de 2014, de: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=820&Itemid=96.

Cardoso, A. L. S. B. (2010). *Validação de duas escalas de stresse ocupacional para a Polícia de Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Portugal.

Castilho, A. R. G; Recondo, R; Asbahr, F. R; Manfro, G. G. (2000). Transtornos de Ansiedade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Vol. 22, n.2, 1516 – 1546.

Coelho, N. L. (2006). *O conceito de ansiedade na análise do comportamento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, PA, Brasil.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 10 jun 2013, de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

Costa, M; Accioly Júnior, H; Oliveira, J; Maia, E. (2007). Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Saúde Pública*, Vol. 21, n. 4, pp. 217 – 222.

Cruz, M. V. G; Barbosa, A. C. Q. (2002). Uma abordagem organizacional na segurança pública: notas para discussão. *Anais do II Encontro de Estudos Organizacionais*, Recife, PE, Brasil.

Cunha, J. A. (2001). *Manual da versão em português das Escalas Beck*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dantas, M. P; Brito, D. V. C; Rodrigues, P. B; Maciente, T. S. (2010). Avaliação de estresse em policiais militares. *Revista Psicologia Teoria e Prática*, Vol. 12, n. 3, pp. 66 – 77.

Dela Coleta, A. S. M; Dela Coleta, M. F. (2008). Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. *Revista Psico-USF*, Vol. 13, n. 1, pp. 59-68.

Dellasoppa, E. E. (2002). Estratégias e racionalidade na Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso.

Del Prette, Z. A. P; Del Prette, A. (2001). *Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Del Prette, Z. A. P; Del Prette, A. (2008). Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. *Revista Paidéia*. Vol. 18, n. 41, pp. 427 – 612.

Eitle, D; Alessio, S. J; Stolzenberg, L. (2014). Environmental Factors on Police Misconduct. *Police Quarterly*, Vol. 17, n. 2, pp. 103 – 126.

Ferreira, D. K. S; Bonfim, C; Augusto, L. G. S (2011). Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. *Revista Ciência Saúde Coletiva*. Vol. 16, n. 8, pp.3403 – 3412.

Fisco, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24, n. 47, pp. 29 – 60.

Fleury, M. T. L. (2002). *As pessoas na organização*. São Paulo: Gente.

García, L. V. (2009). Administración policial: administración pública aplicada al manejo de policías. *Espacios Públicos*. Vol. 12, n. 25, pp. 23 - 40.

Gau, J. M; Gaines, D. C. (2012). Top-Down Management and Patrol Officers' Attitudes About the Importance of Public Order Maintenance: A Research Note. *European Journal of Criminology January*. Vol 1, n.1, pp. 110-131.

Goffman, E. (2011). *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Rio de Janeiro: Vozes.

Gomes, R; Souza, E. R. (2013). A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos. *Revista Ciência saúde coletiva*. Vol.18, n.3, pp. 601-610.

Gomide, P. I. C. (2011). *Psicologia Forense e suas conexões com as diversas áreas da Psicologia*. In: Gondim, S, & Chaves, A. Práticas e saberes psicológicos e suas conexões. Salvador: UFBA.

Griffin, S. P; Bernard, T. J. (2003). Angry aggression among police officers. *Police quarterly*. Vol 6, n.1, pp. 3 – 21.

Griza, A. (2012). *Implicações das culturas organizacionais da Polícia Civil na vida familiar dos policiais*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Haar, R. N. (2005). Factors affecting the decision of police recruits to “drop out” of police work. *Police quarterly*, Vol 18, n.4, pp. 431 – 453.

Harris, C. J (2009). Exploring the Relationship Between Experience and Problem Behaviors: A Longitudinal Analysis of Officers From a Large Cohort. *Police quarterly*. Vol 12, n.2, pp. 192 – 213.

Hickman, M. J; Fricas, J; Strom, K. J; Pope, M. W. (2011). Mapping Police Stress. *Police quarterly*. Vol 14, n. 3, pp. 227 – 250.

Hsiu-Chao, C; Chou, F; Chen, M. C; Su, S. F; Wang, S. Y; Feng, W. W. (2006). Survey of Quality of Life and Depression for Police officers in Kaohsiung, Taiwan. *Quality of Life Research*. Vol. 15, n. 5, pp. 925-932.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2012). Sistema de indicadores de percepção social. Recuperado em 29 de maio de 2014, de http://www.ipea.gov.br/digital/livros_2012/025_sips/Ebook/.

Johnson, R. R. (2012). Police Officer Job Satisfaction: A Multidimensional Analysis. *Police quarterly*, Vol 15, n.2, pp. 157 – 176.

Junior, A. A. S; Formehl, K. C; Piccoli, D. L. (2011). O ciclo completo de polícia no Brasil. *Revista de antropologia experimental*. Vol. 1, n. 11, pp. 1 – 10.

Kant, R. L. (2011). Direitos Civis, Estado de Direito e Cultura Policial. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Vol. 9, n7, pp. 241 – 256.

Kitaeff, J. (2011). *Handbook of Police Psychology*. 1 ed. New York: Taylor and Francis Group

Lipp, M. E. N. (2000). *Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSSL)*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lopes Junior, E.P; Paiva, T. A; Muzio, H; Costa, F. J. (2010). Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial. *Rev. Adm. Pública*. Vol.45, n.6, pp. 1821-1845.

Manuel, G; Soeiro, C. (2010). Incidentes críticos na Polícia Judiciária. *Análise Psicológica*. Vol. 28, n.1, pp. 149 – 163.

Marras, J. P. (2005). *Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico*. 11 ed. São Paulo: Futura.

Metchink, E. (2009). An Analysis of the "Screening Out" Model of Police Officer Selection. *Police Quarterly*, Vol. 13, n. 2, pp. 191 – 208.

Minayo, M. C. S; Adorno, S. (2013). Risco e (in) segurança na missão policial. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 18, n. 3, pp. 585-593.

Minayo, M. C. S; Assis, S. G; Oliveira, R. V. C. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 16, n. 4, pp. 2199-2209.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2013). *Mulheres nas Instituições de Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional*. Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2012). Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública : estudo profissiográfico e mapeamento de competências. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Morales-Manrique, C; Valderrama-Zurián, J. C. (2012). Calidad de vida en policías: avances y propuestas. *Papeles Del Psicólogo*, Vol. 33, n. 1, pp. 60- 67.

Oliveira, K. L; Santos, L. M. (2010). Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Revista Sociologias*. Vol.12, n. 25, pp. 224 – 250.

Pasquali, L; Azevedo, M. M; Ghesti, I. (1997). *Inventário fatorial de personalidade: manual técnico e de aplicação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pinto, L. W; Figueiredo, A. E. B; Souza, E. R. (2012). Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 18, n. 3, pp. 633 – 644.

Ramadam, Z. B. A. (2005). Depressão: da bile negra aos neurotransmissores. *Revista de Psiquiatria Clínica*. Vol.32, n.6.

Ranta, R. S. (2009). Management of Stress and Coping Behaviour of Police Personnel through Indian Psychological Techniques. *Journal of the Indian Academy of Applied Psychology*, Vol. 35, n. 1, pp. 47 – 53.

Ravelo, R, M; García, L, A; Dorta, A, V. (2008). Ránking de Estresores en la Policía Local de Canarias. *Anuário de Psicologia Jurídica*. Vol.18, n.8, pp. 73 – 79.

Robbins, S. P. (2005). *Comportamento organizacional*. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Rossetti, M. O; Ehlers, D. M; Guntert, I. B; Leme, I. F. A; Rabelo, I. S. A; Tosi, S. M. V. D; Pacanaro, S. V; Barrionuevo, V. L. (2008). O Inventário de Sintomas de *Stress* para Adultos de Lipp (ISSL) em servidores da polícia federal de São Paulo. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, Vol. 4, n.2, pp. 108 – 120.

Sánchez-Nieto, J. M. (2012). Frecuencia del burnout en policías de la Ciudad de México. *Revista de Psicología*, Vol. 18, n. 1, pp. 69 – 74.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. (2010). *Mapeamento das Fontes de Estresse em Profissionais da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: DIFC/SSP – SENASP/MJ.

Santos, A. M; Castro, J. J. (1998). Stress. *Revista Análise Psicológica*, Vol. 9, n. 4, pp. 675 – 690.

Silva, G. F; Beato, C. (2013). Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. *Opinião pública*, Vol. 19, n. 1, pp. 118 – 153.

Silva, R; Matos, C; Valdivia, B; Cascaes, F; Barbosa, P. (2013). Revisión sistemática acerca de la actividad física y de la salud de policías. *Revista Med*, Vol. 21, n. 1, pp. 75 – 85.

Solana, E. F; Extremera, R. A; Pecino, C. V; Fuentes, C. (2013). Prevalence and risk factors of burnout syndrome among Spanish Police officers. *Psicothema*, Vol. 25, n. 4, pp. 488 – 493.

Souza, E. R; Franco, L. G; Meireles, C. C; Ferreira, V. T. (2007). Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, Vol. 23, n. 1, pp. 105 -114.

Stuart-Hamilton, I. (2002). *A Psicologia do Envelhecimento: uma introdução*. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed.

Zaffaroni, E. R; Batista, N. (2011). *Direito Penal Brasileiro I*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Revan.

ANEXOS

ANEXO I

Inventário de Depressão de Beck (BDI)



Data: _____

Nome: _____ Estado Civil: _____ Idade: _____

Ocupação: _____ Escolaridade: _____

Este questionário consiste em 21 grupos de afirmações. Depois de ler cuidadosamente cada grupo, faça um número (0, 1, 2 ou 3) próximo à afirmação, em cada grupo, que descreve **melhor** a maneira que você se sente na **última semana, incluindo hoje**. Se várias afirmações num grupo parecerem se aplicar igualmente bem, faça um número para cada uma. **Tome o cuidado de ler todas as afirmações, em cada grupo, antes de fazer a sua escolha.**

- 1 0 Não me sinto triste.
1 Eu me sinto triste.
2 Estou sempre triste e não consigo sair disto.
3 Estou tão triste ou infeliz que não consigo suportar.
- 2 0 Não estou especialmente desanimado quanto ao futuro.
1 Eu me sinto desanimado quanto ao futuro.
2 Acho que nada tenho a esperar.
3 Acho o futuro sem esperança e tenho a impressão de que as coisas não podem melhorar.
- 3 0 Não me sinto um fracasso.
1 Acho que fracassei mais do que uma pessoa comum.
2 Quando olho para trás, na minha vida, tudo o que posso ver é um monte de fracassos.
3 Acho que, como pessoa, sou um completo fracasso.
- 4 0 Tenho tanto prazer em tudo como antes.
1 Não sinto mais prazer nas coisas como antes.
2 Não encontro um prazer real em mais nada.
3 Estou insatisfeito ou aborrecido com tudo.
- 5 0 Não me sinto especialmente culpado.
1 Eu me sinto culpado grande parte do tempo.
2 Eu me sinto culpado na maior parte do tempo.
3 Eu me sinto sempre culpado.
- 6 0 Não acho que esteja sendo punido.
1 Acho que posso ser punido.
2 Creio que vou ser punido.
3 Acho que estou sendo punido.
- 7 0 Não me sinto decepcionado comigo mesmo.
1 Estou decepcionado comigo mesmo.
2 Estou enojado de mim.
3 Eu me odeio.

- 8 0 Não me sinto de qualquer modo pior.
1 Sou crítico em relação a mim por meus erros.
2 Eu me culpo sempre por minhas falhas.
3 Eu me culpo por tudo de mal que acontece.
- 9 0 Não tenho quaisquer idéias de me machucar.
1 Tenho idéias de me matar, mas não as executo.
2 Gostaria de me matar.
3 Eu me mataria se tivesse oportunidade.
- 10 0 Não choro mais que o habitual.
1 Choro mais agora do que costumava.
2 Agora, choro o tempo todo.
3 Costumava ser capaz de chorar, mas não consigo, mesmo que o queira.
- 11 0 Não sou mais irritado agora do que antes.
1 Fico aborrecido ou irritado mais facilmente do que costumava.
2 Agora, eu me sinto irritado o tempo todo.
3 Não me irrito mais com coisas que costumava irritar.
- 12 0 Não perdi o interesse pelas outras pessoas.
1 Estou menos interessado pelas outras pessoas do que costumava estar.
2 Perdi a maior parte do meu interesse pelas outras pessoas.
3 Perdi todo o interesse pelas outras pessoas.
- 13 0 Tomo decisões tão bem quanto antes.
1 Adio as tomadas de decisões mais do que costumava.
2 Tenho mais dificuldades de tomar decisões do que antes.
3 Absolutamente não consigo mais tomar decisões.

Subtotal da Página 1

CONTINUA

PEARSON

Copyright © 1991 by NCS Pearson, Inc.
Copyright © 1993 Aaron T. Beck - Tradução para a Língua Portuguesa
Todos os direitos reservados.

Casa do
Psicólogo®

© 2001 Casapsi Livraria Editora e Gráfica
Tradução e adaptação brasileira.
É proibida a reprodução total ou parcial de
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
BDI é um logotipo da NCS Pearson, Inc.

<p>14 0 Não acho que de qualquer modo pareço pior do que antes.</p> <p>1 Estou preocupado em estar parecendo velho ou sem atrativo.</p> <p>2 Acho que há mudanças permanentes na minha aparência, que me fazem parecer sem atrativo.</p> <p>3 Acredito que pareço feio.</p>	<p>19 0 Não tenho perdido muito peso se é que algum recentemente.</p> <p>1 Perdi mais do que 2 quilos e meio.</p> <p>2 Perdi mais do que 5 quilos.</p> <p>3 Perdi mais do que 7 quilos.</p> <p>Estou tentando perder peso de propósito comendo menos: Sim _____ Não _____</p>
<p>15 0 Posso trabalhar tão bem quanto antes.</p> <p>1 É preciso algum esforço extra para fazer alguma coisa.</p> <p>2 Tenho que me esforçar muito para fazer alguma coisa.</p> <p>3 Não consigo mais fazer qualquer trabalho.</p>	<p>20 0 Não estou mais preocupado com a minha aparência do que o habitual.</p> <p>1 Estou preocupado com problemas físicos como dores, indisposição do estômago, constipação.</p> <p>2 Estou muito preocupado com problemas físicos e é difícil pensar em outra coisa.</p> <p>3 Estou tão preocupado com meus problemas físicos que não consigo pensar em qualquer outra coisa.</p>
<p>16 0 Consigo dormir tão bem como o habitual.</p> <p>1 Não durmo tão bem como costumava.</p> <p>2 Acordo 1 a 2 horas mais cedo do que habitualmente e acho difícil voltar a dormir.</p> <p>3 Acordo várias horas mais cedo do que costumava e não consigo voltar a dormir.</p>	<p>21 0 Não notei qualquer mudança recente no meu interesse por sexo.</p> <p>1 Estou menos interessado por sexo do que costumava.</p> <p>2 Estou muito menos interessado por sexo.</p> <p>3 Perdi completamente o interesse por sexo.</p>
<p>17 0 Não fico mais cansado do que o habitual.</p> <p>1 Fico cansado mais facilmente do que costumava.</p> <p>2 Fico cansado em fazer qualquer coisa.</p> <p>3 Estou cansado demais para fazer qualquer coisa.</p>	
<p>18 0 O meu apetite não está pior do que o habitual.</p> <p>1 Meu apetite não é tão bom como costumava ser.</p> <p>2 Meu apetite é muito pior agora.</p> <p>3 Absolutamente não tenho mais apetite.</p>	

_____ Subtotal da Página 2

_____ Subtotal da Página 1

_____ Escore Total.

ANEXO II

Inventário de Ansiedade de Beck (BAI)



Data: _____

Nome: _____ Estado Civil: _____ Idade: _____

Ocupação: _____ Escolaridade: _____

Abaixo está uma lista de sintomas comuns de ansiedade. Por favor, leia cuidadosamente cada item da lista e marque o quanto você tem sido incomodado por cada sintoma durante a **última semana, incluindo hoje**, colocando uma marca no espaço correspondente, na mesma linha de cada sintoma.

	Absolutamente não	Levemente Não me incomodou muito	Moderadamente Foi muito desagradável mas pude suportar
1. Dormência ou formigamento.			
2. Sensação de calor.			
3. Tremores nas pernas.			
4. Incapaz de relaxar.			
5. Medo que aconteça o pior.			
6. Atordoado ou tonto.			
7. Palpitação ou aceleração do coração.			
8. Sem equilíbrio.			
9. Aterrorizado.			
10. Nervoso.			
11. Sensação de sufocação.			
12. Tremores nas mãos.			
13. Trêmulo.			
14. Medo de perder o controle.			
15. Dificuldade de respirar.			
16. Medo de morrer.			
17. Assustado.			
18. Indigestão ou desconforto no abdômen.			
19. Sensação de desmaio.			
20. Rosto afogueado.			
21. Suor (não devido ao calor).			

ANEXO III

Inventário de Habilidades Sociais (IHS)

INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS (IHS-Del-Prette)

Zilda A. P. Del Prette & Almir Del Prette

Instruções

Leia atentamente cada um dos itens que se seguem. Cada um deles apresenta uma ação ou sentimento (**parte grifada**) diante de uma situação dada (parte não grifada). Avalie a frequência com que você age ou se sente tal como descrito no item.

RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES. Se uma dessas situações nunca lhe ocorreu, responda como se tivesse ocorrido, considerando o seu possível comportamento.

NA FOLHA DE RESPOSTAS, assinale, para cada um dos itens, um X no quadrinho que melhor indica a frequência com que você apresenta a **reação sugerida**, considerando um total de 10 vezes em que poderia se encontrar na situação descrita no item.

Utilize a seguinte legenda:

- A. NUNCA OU RARAMENTE** (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma no máximo 2 vezes)
- B. COM POUCA FREQUÊNCIA** (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 3 a 4 vezes)
- C. COM REGULAR FREQUÊNCIA** (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 5 a 6 vezes)
- D. MUITO FREQUENTEMENTE** (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 7 a 8 vezes)
- E. SEMPRE OU QUASE SEMPRE** (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 9 a 10 vezes)

É IMPORTANTE QUE VOCÊ RESPONDA TODAS AS QUESTÕES.

1. Em um grupo de pessoas desconhecidas, fico à vontade, conversando naturalmente.
2. Quando um de meus familiares (pais, irmãos mais velhos ou cônjuge) insiste em dizer o que eu devo fazer, contrariando o que penso, acabo aceitando para evitar problemas.
3. Ao ser elogiado(a) sinceramente por alguém, respondo-lhe agradecendo.
4. Em uma conversação, se uma pessoa me interrompe, solicito que aguarde até eu encerrar o que estava dizendo.
5. Quando um(a) amigo(a) a quem emprestei dinheiro, esquece de me devolver, encontro um jeito de lembrá-lo(a).
6. Quando alguém faz algo que eu acho bom, mesmo que não seja diretamente a mim, faço menção a isso, elogiando-o(a) na primeira oportunidade.
7. Ao sentir desejo de conhecer alguém a quem não fui apresentado(a), eu mesmo(a) me apresento a essa pessoa.
8. Mesmo junto a conhecidos da escola ou trabalho, encontro dificuldade em participar da conversação ("entumar").
9. Evito fazer exposições ou palestras a pessoas desconhecidas.
10. Em minha casa, expresso sentimentos de carinho através de palavras e gestos a meus familiares.
11. Em uma sala de aula ou reunião, se o professor ou dirigente faz uma afirmação incorreta, eu exponho meu ponto de vista.
12. Se estou interessado(a) em uma pessoa para relacionamento sexual, consigo abordá-la para iniciar conversação.
13. Em meu trabalho ou em minha escola, se alguém me faz um elogio, fico encaixado(a) sem saber o que dizer.
14. Faço exposição (por exemplo, palestras) em sala de aula ou no trabalho, quando sou indicado(a).
15. Quando um familiar me critica injustamente, expresso meu aborrecimento diretamente a ele.
16. Em um grupo de pessoas conhecidas, se não concordo com a maioria, expresso verbalmente minha discordância.
17. Em uma conversação com amigos, tenho dificuldade em encerrar a minha participação, preferindo aguardar que outros o façam.
18. Quando um de meus familiares, por algum motivo, me critica, reajo de forma agressiva.
19. Mesmo encontrando-me próximo(a) a uma pessoa importante, a quem gostava de conhecer, tenho dificuldade em abordá-la para iniciar conversação.

20. Quando estou gostando de alguém com quem venho saindo, tomo a iniciativa de expressar-lhe meus sentimentos.
21. Ao receber uma mercadoria com defeito, dirijo-me até a loja onde a comprei, exigindo a sua substituição.
22. Ao ser solicitado(a) por um(a) colega para colocar seu nome em um trabalho feito sem a sua participação, acabo aceitando mesmo achando que não devia.
23. Evito fazer perguntas a pessoas desconhecidas.
24. Tenho dificuldade em interromper uma conversa ao telefone mesmo com pessoas conhecidas.
25. Quando sou criticado de maneira direta e justa, consigo me controlar admitindo meus erros ou explicando minha posição.
26. Em campanhas de solidariedade, evito tarefas que envolvam pedir donativos ou favores a pessoas desconhecidas.
27. Se um(a) amigo(a) abusa de minha boa vontade, expresso-lhe diretamente meu desagrado.
28. Quando um de meus familiares (filhos, pais, irmãos, cônjuge) consegue alguma coisa importante pela qual se empenhou muito, eu o elogio pelo seu sucesso.
29. Na escola ou no trabalho, quando não compreendo uma explicação sobre algo que estou interessado(a), faço as perguntas que julgo necessárias ao meu esclarecimento.
30. Em uma situação de grupo, quando alguém é injustiçado, reajo em sua defesa.
31. Ao entrar em um ambiente onde estão várias pessoas desconhecidas, cumprimento-as.
32. Ao sentir que preciso de ajuda, tenho facilidade em pedi-la a alguém de meu círculo de amizades.
33. Quando meu(minha) parceiro(a) insiste em fazer sexo sem o uso da camisinha, concordo para evitar que ele(a) fique irritado(a) ou magoado(a).
34. No trabalho ou na escola, concordo em fazer as tarefas que me pedem e que não são da minha obrigação, mesmo sentindo um certo abuso nesses pedidos.
35. Se estou sentindo-me bem (feliz), expresso isso para as pessoas de meu círculo de amizades.
36. Quando estou com uma pessoa que acabei de conhecer, sinto dificuldade em manter um papo interessante.
37. Se preciso pedir um favor a um(a) colega, acabo desistindo de fazê-lo.
38. Consigo "levar na esportiva" as gozações de colegas de escola ou de trabalho a meu respeito.

ANEXO IV

Inventario Fatorial de Personalidade (IFP)

IFP

INVENTÁRIO
FATORIAL
DE PERSONALIDADELuiz Pasquali
Maria Mazzarello Azevedo
Ivânia Ghesti
Instituto de Psicologia, UnB

PA.025.8

QUESTIONÁRIO

INSTRUÇÕES

Este questionário constitui-se de 155 afirmações sobre coisas que você pode gostar ou não, sobre sentimentos que você pode experimentar ou não e jeitos de ser que você pode ter ou não.

Você deve ler atentamente cada afirmação e dizer quanto do que ela afirma caracteriza você. Para tanto, escreva na FOLHA DE RESPOSTAS um número de 1 a 7 para cada afirmação identificada pelo número de ordem correspondente, conforme a seguinte escala:

- 7 = Totalmente característico
- 6 = Muito característico
- 5 = Característico
- 4 = Indiferente
- 3 = Pouco característico
- 2 = Muito pouco característico
- 1 = Nada característico.

Exemplo:

1. Gosto de falar de mim mesmo
2. Detesto trabalhar à noite
3. (...)

QUADRO DE RESPOSTAS

QUESTÃO	1	2	3	...
RESPOSTA	6	3	...	

Nesse exemplo, o respondente escreveu "6" para a questão 1 ("Gosto de falar de mim mesmo") porque achou que ela afirmava algo muito característico dele; ao passo que escreveu "3" para a questão 2 ("Detesto trabalhar à noite") porque achou que ela afirmava algo pouco característico dele.

Este não é um teste ou uma prova. Não há respostas certas ou erradas. A resposta simplesmente descreve como você se sente, o que pensa ou o que gosta. Suas escolhas, portanto, devem ser feitas em função de seus gostos, preferências e sentimentos, pessoais e atuais; e não em função do passado ou das impressões que os outros têm de você.

Procure responder sequencialmente a todas as questões.

Casa do
Psicólogo®

© 1997 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Santo Antônio, 1010 - Jd. México - Itatiba/SP - Brasil
CEP 13253-400 - Tel.: (11) 4524.6997 - www.casapsi.com.br

O presente Caderno de Aplicação
é impresso em cores.
Caso desconfie de sua autenticidade,
ligue para (11) 3034-3600.

- 01 - Gosto que meus amigos me apoiem quando fracasso.
- 02 - Gosto de fazer coisas que outras pessoas consideram fora do comum.
- 03 - Gostaria de realizar um grande feito ou grande obra na minha vida.
- 04 - Gosto de experimentar novidades e mudanças em meu dia-a-dia.
- 05 - Gosto de sair com pessoas atraentes do sexo oposto.
- 06 - Se me pedissem para levantar um peso de 10 toneladas, eu o faria.
- 07 - Parece-me mais importante avaliar as pessoas por suas intenções que por suas ações.
- 08 - Não gosto de situações em que se exige que eu me comporte de determinada maneira.
- 09 - Sinto-me deprimido(a) diante de minha incapacidade em lidar com várias situações.
- 10 - Se eu tiver que viajar, gosto de ter as coisas planejadas com antecedência.
- 11 - Minha moral está acima de qualquer crítica.
- 12 - Prefiro arranjar trabalhos novos e diferentes a continuar fazendo sempre a mesma coisa.
- 13 - Gosto de dizer o que eu penso a respeito das coisas.
- 14 - Gosto de saber o que grandes personalidades disseram sobre os problemas pelos quais eu me interesso.
- 15 - Gosto de ser capaz de fazer as coisas melhor do que as outras pessoas.
- 16 - Gosto de concluir qualquer trabalho ou tarefa que tenha começado.
- 17 - Gosto de ajudar meus amigos quando eles estão com problemas.
- 18 - Não costumo abandonar um quebra-cabeça ou problema antes que consiga resolvê-lo.
- 19 - Gosto de dizer aos outros como fazer seus trabalhos.
- 20 - Gostaria de ser considerado(a) uma autoridade em algum trabalho, profissão ou campo de especialização.
- 21 - Gosto que meus amigos sintam pena de mim quando estou doente.
- 22 - Gosto de experimentar e provar coisas novas.
- 23 - Já fiz coisas de natureza sexual que a sociedade não aprova.
- 24 - Quando acordo de manhã, meu coração está batendo.
- 25 - Quando tenho alguma tarefa para fazer, gosto de começar logo e permanecer trabalhando até completá-la.
- 26 - Aceito com prazer a liderança das pessoas que admiro.
- 27 - Acho que o sofrimento me faz mais bem do que mal.
- 28 - Gosto de ficar sexualmente excitado.
- 29 - Gosto de trabalhar horas a fio sem ser interrompido(a).
- 30 - Gosto que meus amigos me dêem muita atenção quando estou sofrendo ou doente.
- 31 - Costumo analisar minhas intenções e sentimentos.
- 32 - Sinto-me melhor quando desisto e evito uma briga do que quando tento fazer as coisas de minha maneira.
- 33 - Gosto de fazer com carinho pequenos favores a meus amigos.
- 34 - Sinto-me inferior aos outros na maioria dos aspectos.
- 35 - Minhas maneiras à mesa quando estou em casa são exatamente as mesmas quando sou convidado(a) para jantar fora.

- 36 - Gosto de ficar acordado(a) até tarde para terminar um trabalho.
- 37 - Não tenho medo de dizer às pessoas que não gosto delas.
- 38 - Gosto de andar pelo país e viver em lugares diferentes.
- 39 - Gosto de analisar os sentimentos e intenções dos outros.
- 40 - Gosto de atacar pontos de vista contrários aos meus.
- 41 - Gosto de fazer gozação com pessoas que fazem coisas que eu considero estúpidas.
- 42 - Se o mundo fosse acabar amanhã, continuaria vivendo como vivi até agora.
- 43 - Tenho vontade de me vingar quando alguém me insulta.
- 44 - Gosto de pensar sobre o caráter dos meus amigos e tentar descobrir o que os faz serem como são.
- 45 - Sou leal aos meus amigos.
- 46 - Gosto de levar um trabalho ou tarefa até o fim antes de começar outro.
- 47 - Como demais.
- 48 - Gosto de dizer aos meus superiores que eles fizeram um bom trabalho, quando acredito nisso.
- 49 - Gosto de me colocar no lugar de alguém e imaginar como eu me sentiria na mesma situação.
- 50 - Gosto que meus amigos sejam solidários comigo e me animem quando estou deprimido(a).
- 51 - Antes de começar um trabalho, gosto de organizá-lo e planejá-lo.
- 52 - Não gosto de ser interrompido enquanto trabalho.
- 53 - Gosto que meus amigos demonstrem muito afeto por mim.
- 54 - Gosto de realizar tarefas que, na opinião dos outros, exigem habilidade e esforço.
- 55 - Gosto de ser chamado(a) para resolver brigas e disputas entre outras pessoas.
- 56 - Gosto de ser bem-sucedido nas coisas que faço.
- 57 - Gosto de fazer amizades.
- 58 - Gosto de ser considerado(a) um(a) líder pelos outros.
- 59 - Dou todo o dinheiro que posso para a caridade.
- 60 - Gosto de realizar com afinho (sem descanso) qualquer trabalho que faço.
- 61 - Vez por outra, em minha vida, eu senti medo.
- 62 - Gosto de participar de grupos cujos membros se tratam com afeto e amizade.
- 63 - Sinto-me satisfeito(a) quando realizo bem um trabalho difícil.
- 64 - Tenho vontade de mandar os outros calarem a boca quando discordo deles.
- 65 - Gosto de fazer coisas do meu jeito sem me importar com o que os outros possam pensar.
- 66 - Gosto de ser considerado(a) fisicamente atraente pelas pessoas do sexo oposto.
- 67 - Gosto de viajar e conhecer o país.
- 68 - Não admito que meu ponto de vista seja atacado pelos outros.
- 69 - Gosto de me fixar em um trabalho ou problema mesmo quando a solução pareça extremamente difícil.
- 70 - Gosto de participar de discussões sobre sexo e atividades sexuais.

- 71 - Uma vez ou outra em minha vida, roubei alguma coisa.
- 72 - Gosto de ouvir ou contar piadas em que o sexo é o assunto principal.
- 73 - Gosto de conhecer novas pessoas.
- 74 - Gosto de dividir coisas com os outros.
- 75 - Sinto-me satisfeito(a) quando consigo convencer e influenciar os outros.

- 76 - Gosto de demonstrar muita afeição por meus amigos.
- 77 - Gosto de prestar favores aos outros.
- 78 - Gosto de seguir instruções e fazer o que é esperado de mim.
- 79 - Acredito que meu corpo viverá para sempre.
- 80 - Gosto de elogiar alguém que admiro.

- 81 - Quando planejo alguma coisa, procuro sugestões de pessoas que respeito.
- 82 - Gosto de manter minhas coisas limpas e ordenadas em minha escrivaninha ou em meu local de trabalho.
- 83 - Se a ficha de um telefone público é devolvida depois de eu ter falado, eu a reponho no telefone.
- 84 - Perco a confiança em mim mesmo(a) na presença de pessoas que considero meus superiores.
- 85 - Gosto de manter fortes laços de amizade.

- 86 - Gosto que meus amigos me ajudem quando estou com problema.
- 87 - Gosto que meus amigos mostrem boa vontade em me prestar pequenos favores.
- 88 - Sinto-me culpado quando faço alguma coisa que sei que está errada.
- 89 - Gosto de estar apaixonado por alguém do sexo oposto.
- 90 - Gosto de manter minhas cartas, contas e outros papéis bem arrumados e arquivados de acordo com algum sistema.

- 91 - Gosto que meus amigos sejam solidários e compreensivos quando tenho problemas.
- 92 - Gosto de participar de atividades sociais com pessoas do sexo oposto.
- 93 - Prefiro fazer coisas com meus amigos a fazer sozinho.
- 94 - Gosto de tratar outras pessoas com bondade e compaixão.
- 95 - Gosto de comer em restaurantes novos e exóticos (diferentes).

- 96 - Minto se for conveniente para mim.
- 97 - Procuro entender como meus amigos se sentem a respeito de problemas que eles enfrentam.
- 98 - Gosto de ser o centro das atenções em um grupo.
- 99 - Existem coisas que eu não entendo.
- 100 - Gosto de ser um dos líderes nas organizações e grupos aos quais pertencço.

- 101 - Gosto de ser independente dos outros para decidir o que quero fazer.
- 102 - Gosto de me manter em contato com meus amigos.
- 103 - Se faço alguma coisa errada, sinto que deveria ser punido.
- 104 - Quando participo de uma comissão (reunião), gosto de ser indicado ou eleito presidente.
- 105 - Gosto de fazer tantos amigos quanto possível.

- 106 – Gosto de observar como uma outra pessoa se sente numa determinada situação.
- 107 – Gosto de acompanhar a moda e estilos novos.
- 108 – Quando estou em um grupo, aceito com prazer a liderança de outra pessoa para decidir o que o grupo fará.
- 109 – Não gosto de me sentir pressionado(a) por responsabilidades e deveres.
- 110 – Na escolha de meus amigos, ignoro coisas como raça, religião e convicções políticas.

- 111 – Às vezes, fico tão irritado(a) que sinto vontade de jogar e quebrar coisas.
- 112 – Gosto de fazer perguntas que ninguém será capaz de responder.
- 113 – Gosto de ter minha vida arrumada de tal modo que ela passe tranquilamente sem muitas mudanças em meus planos.
- 114 – Às vezes, gosto de fazer coisas simplesmente para ver o efeito que terão sobre os outros.
- 115 – Sou solidário com meus amigos quando machucados ou doentes.

- 116 – Não tenho medo de criticar pessoas que ocupam posições de autoridade.
- 117 – Gosto de fiscalizar e dirigir os atos dos outros sempre que posso.
- 118 – Acredito ser a única pessoa da terra com quem Deus falou pessoalmente.
- 119 – Culpo os outros quando as coisas dão errado comigo.
- 120 – Gosto que as pessoas me façam confidências e me contem seus problemas.

- 121 – Gosto de ajudar pessoas que têm menos sorte do que eu.
- 122 – Gosto de planejar e organizar, em todos os detalhes, qualquer trabalho que eu faço.
- 123 – Na escola coleci algumas vezes.
- 124 – Gosto de fazer coisas novas e diferentes.
- 125 – Gosto de ler livros e assistir a peças em que o sexo seja o tema principal.

- 126 – Gostaria de realizar com sucesso alguma coisa de grande importância.
- 127 – Quando estou com um grupo de pessoas, gosto de decidir sobre o que vamos fazer.
- 128 – Interesso-me em conhecer a vida de grandes personalidades.
- 129 – Procuro me adaptar ao modo de ser das pessoas que admiro.
- 130 – Quando as coisas dão erradas comigo, sinto-me mais responsável do que os outros por isso.

- 131 – Gosto de resolver quebra-cabeças e problemas com os quais outras pessoas têm dificuldades.
- 132 – Gosto de falar sobre os meus sucessos.
- 133 – Gosto de beijar pessoas atraentes do sexo oposto.
- 134 – Gosto de dar o melhor de mim em tudo que faço.
- 135 – Gosto de estudar e analisar o comportamento dos outros.

- 136 – Em tudo que faço, tento realmente fazer o melhor possível.
- 137 – Gosto de contar aos outros aventuras e coisas estranhas que acontecem comigo.
- 138 – Existem algumas pessoas no mundo que não conheço pessoalmente.
- 139 – Sinto que devo confessar coisas que faço e considero erradas.
- 140 – Perdôo as pessoas que às vezes possam me magoar.

- 141 - Gosto de prever (entender) como meus amigos irão agir em diferentes situações.
- 142 - Não tenho medo de criticar alguém em público quando ele merece.
- 143 - Gosto de me sentir livre para fazer o que quero.
- 144 - Gosto de me sentir livre para ir e vir quando quiser.
- 145 - Gosto de usar palavras cujo significado as outras pessoas desconhecem.

- 146 - Gosto de planejar antes de iniciar algo difícil.
- 147 - Qualquer trabalho escrito que faço, gosto que seja preciso, limpo e bem-organizado.
- 148 - Gosto que as pessoas notem e comentem a minha aparência quando estou em público.
- 149 - Gosto de ler ou assistir manchetes sobre assassinatos ou outras formas de violência.
- 150 - Agi covardemente em certos momentos de minha vida.

- 151 - Gosto que meus amigos me tratem com delicadeza.
- 152 - Gosto de ser generoso(a) com os outros.
- 153 - Gosto de ter minhas refeições organizadas e um horário definido para comer.
- 154 - Gosto de contar histórias e piadas engraçadas em festas.
- 155 - Gosto de dizer coisas que os outros consideram engraçadas e inteligentes.

ANEXO V

Inventario de síntomas de stress para adultos de Lipp (ISSL)

QUADRO 1a

a) Marque com um F1 os sintomas que tem experimentado nas últimas 24 horas.

- | | | |
|-----|-----|---|
| () | 1. | MÃOS E PÉS FRIOS |
| () | 2. | BOCA SECA |
| () | 3. | NÓ NO ESTÔMAGO |
| () | 4. | AUMENTO DE SUDORESE
(Muito suor, suadeira) |
| () | 5. | TENSÃO MUSCULAR |
| () | 6. | APERTO DA MANDÍBULA/
RANGER OS DENTES |
| () | 7. | DIARRÉIA PASSAGEIRA |
| () | 8. | INSÔNIA
(Dificuldade para dormir) |
| () | 9. | TAQUICARDIA
(Bateadeira no peito) |
| () | 10. | HIPERVENTILAÇÃO
(Respirar ofegante, rápido) |
| () | 11. | HIPERTENSÃO ARTERIAL
SÚBITA E PASSAGEIRA
(Pressão alta) |
| () | 12. | MUDANÇA DE APETITE |

QUADRO 1b

b) Marque com um P1 os sintomas que tem experimentado nas últimas 24 horas.

- | | | |
|-----|-----|--|
| () | 13. | AUMENTO SÚBITO DE
MOTIVAÇÃO |
| () | 14. | ENTUSIASMO SÚBITO |
| () | 15. | VONTADE SÚBITA DE
INICIAR NOVOS
PROJETOS |

QUADRO 2a

a) Marque com um F2 os sintomas que tem experimentado na última semana.

- () 1. PROBLEMAS COM A MEMÓRIA
- () 2. MAL-ESTAR GENERALIZADO, SEM CAUSA ESPECÍFICA
- () 3. FORMIGAMENTO DAS EXTREMIDADES
- () 4. SENSÇÃO DE DESGASTE FÍSICO CONSTANTE
- () 5. MUDANÇA DE APETITE
- () 6. APARECIMENTO DE PROBLEMAS DERMATOLÓGICOS
(Problemas de pele)
- () 7. HIPERTENSÃO ARTERIAL
(Pressão alta)
- () 8. CANSAÇO CONSTANTE
- () 9. APARECIMENTO DE ÚLCERA
- () 10. TONTURA/SENSÇÃO DE ESTAR FLUTUANDO

QUADRO 2b

b) Marque com um P2 os sintomas que tem experimentado na última semana.

- () 11. SENSIBILIDADE EMOTIVA EXCESSIVA
(Estar muito nervoso)
- () 12. DÚVIDA QUANTO A SI PRÓPRIO
- () 13. PENSAR CONSTANTEMENTE EM UM SÓ ASSUNTO
- () 14. IRRITABILIDADE EXCESSIVA
- () 15. DIMINUIÇÃO DA LIBIDO
(Sem vontade de sexo)

QUADRO 3a

a) Marque com um F3 os sintomas que tem experimentado no último mês.

- () 1. DIARRÉIA FREQUENTE
- () 2. DIFICULDADES SEXUAIS
- () 3. INSÔNIA
(Dificuldade para dormir)
- () 4. NÁUSEA
- () 5. TIQUES
- () 6. HIPERTENSÃO ARTERIAL CONTINUADA
(Pressão alta)
- () 7. PROBLEMAS DERMATOLÓGICOS PROLONGADOS
(Problemas de pele)
- () 8. MUDANÇA EXTREMA DE APETITE
- () 9. EXCESSO DE GASES
- () 10. TONTURA FREQUENTE
- () 11. ÚLCERA
- () 12. ENFARTE

QUADRO 3b

b) Marque com um F3 os sintomas que tem experimentado no último mês.

- () 13. IMPOSSIBILIDADE DE TRABALHAR
- () 14. PESADELAS
- () 15. SENSÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM TODAS AS ÁREAS
- () 16. VONTADE DE FUGIR DE TUDO
- () 17. APATIA, DEPRESSÃO OU RAIVA PROLONGADA
- () 18. CANSAÇO EXCESSIVO
- () 19. PENSAR/FALAR CONSTANTEMENTE EM UM SÓ ASSUNTO
- () 20. IRRITABILIDADE SEM CAUSA APARENTE
- () 21. ANGÚSTIA/ANSIEDADE DIÁRIA
- () 22. HIPERSENSIBILIDADE EMOTIVA
- () 23. PERDA DO SENSO DE HUMOR

ANEXO VI

Carta de Autorização

Carta para solicitar permissão para realização de Pesquisa

Responsável pela Instituição
Assunto:

Prezado Senhor (a)

Vimos por meio desta solicitar sua autorização para realizar a pesquisa intitulada “Perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes do Estado do Paraná”, que tem por objetivo identificar o perfil comportamental de uma amostra composta por 85 alunos da Escola Superior da Polícia Civil do Estado do Paraná. Os responsáveis pela pesquisa são: o aluno do Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná o psicólogo João Augusto Provesi e sua orientadora Dra. Giovana Veloso Munhoz da Rocha (CRP08/ 6848).

Para a realização da pesquisa será necessária a aplicação de instrumentos de avaliação psicológica com 85 policiais civis do estado do Paraná que são alunos da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná.

Após a conclusão da pesquisa nos comprometemos a informar para a Instituição os resultados obtidos e garantimos o total sigilo no que se refere a manter em anonimato os nomes e identidades dos participantes.

Agradecemos sua valiosa colaboração, sem a qual não seria possível a realização da pesquisa.

Responsáveis pela pesquisa:

João Augusto Provesi _____

Dra. Giovana Veloso Munhoz da Rocha CRP08/ 6848. _____

"Declaro ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar".

Assinatura do responsável pela instituição (RG)

ANEXO VII

TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa que tem por objetivo identificar o perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes do estado do Paraná. O objetivo maior deste estudo é dar início à construção de uma área insipiente no Brasil que é a Psicologia da Polícia. Esta por sua vez é uma subárea da Psicologia Forense e para tanto é preciso inicialmente conhecer a população-alvo de interesse, que são os policiais. Sendo assim, os dados obtidos visam conhecer quem é o policial civil do ponto de vista comportamental. Nenhum dado será utilizado para discriminar, categorizar ou colocar profissionalmente dentro da corporação. Os pesquisadores assumem o compromisso ético de manter o sigilo dos dados levantados, utilizando-os apenas para construir o conhecimento científico na área.

Sua participação consiste em responder quatro instrumentos psicológicos. Você não está sendo avaliado para fins psicotécnicos, da forma como acontece em concursos públicos e testes seletivos, portanto não há respostas certas ou erradas. A sua colaboração será importante para o desenvolvimento de uma área do conhecimento praticamente inexistente no Brasil, a Psicologia Aplicada à Polícia.

1. A pesquisa é importante de ser realizada para que se possa conhecer as peculiaridades do policial civil do Estado do Paraná.
2. Participarão da pesquisa 45 investigadores de polícia 9 escrivães e 23 papiloscopistas, totalizando 77 policiais civis.
3. Toda pesquisa com seres humanos envolve algum risco para os participantes, em maior ou menor grau. Sendo assim, caso em algum participante desperte algum sentimento de angústia, ansiedade, ou medo, por exemplo, e este deseje, poderá receber suporte imediato dos responsáveis pelo estudo.
4. A pesquisa é importante de ser realizada, pois trará benefícios e contribuições de relevância científica e social, possibilitando a elaboração do perfil comportamental do policial civil ingressante do Estado do Paraná. É a partir do conhecimento do perfil, que serviços preventivos e de intervenção, por exemplo, para stress, podem ser ofertados.

5. Se, no transcorrer da pesquisa, você tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar, pode procurar o psicólogo mestrando João Augusto Provesi, um dos responsáveis pela pesquisa, no telefone 96283531.
6. Você terá a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a sua saúde ou bem estar físico.
7. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e, em caso de divulgação em publicações científicas, os seus dados pessoais não serão mencionados.
8. Caso desejar, você poderá pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa junto aos pesquisadores.

Eu, _____, residente e domiciliado _____ portador da Carteira de Identidade, RG _____, nascido(a) em ____/____/_____, concordo de livre e espontânea vontade *em participar como voluntário* da pesquisa “Perfil comportamental de uma amostra de policiais civis ingressantes do Estado do Paraná”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento.

Curitiba, ____ de _____ de _____
